



**Centro Universitário de Brasília**  
**Faculdade de Ciências Jurídicas e Ciências Sociais**

**PRISCILA SPRING NOGUEIRA CHAVES**

**A FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO DANO  
MORAL NAS INDENIZAÇÕES JUDICIAIS**

Brasília  
2014

**PRISCILA SPRING NOGUEIRA CHAVES**

**A FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO DANO  
MORAL NAS INDENIZAÇÕES JUDICIAIS**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito  
da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais  
do Centro Universitário de Brasília.  
Orientador: Júlio Cesar Lérias Ribeiro

Brasília  
2014

**PRISCILA SPRING NOGUEIRA CHAVES**

**A FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO DANO  
MORAL NAS INDENIZAÇÕES JUDICIAIS**

Monografia apresentada como requisito para  
conclusão do curso de bacharelado em Direito  
da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais  
do Centro Universitário de Brasília.  
Orientador: Júlio Cesar Lérias Ribeiro

Brasília, de 2014.

Banca Examinadora

---

Júlio César Lérias Ribeiro  
Orientador

---

Examinador

---

Examinador

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiramente à Deus por me conceder saúde e paciência para concluir este trabalho e aos meus pais por toda força e incentivo que depositaram em mim durante toda a minha vida.*

## RESUMO

A fundamentação dos critérios de aplicação do dano moral se apresenta relevante no cumprimento da efetiva reparação. A pesquisa buscou investigar a devida fundamentação na aplicação das indenizações por dano moral a fim de que haja proporção entre o fato reparável e a quantificação da indenização por dano moral. A doutrina contém critérios objetivos de análise do dano moral. Todavia, na aplicação dessas indenizações vê-se uma generalização e abstração que pode permitir de uma mesma fundamentação aparente a fixação dos mais variados valores do montante indenizatório decorrente de dano moral. A pesquisa não sustenta a taxatividade na fixação da indenização por dano moral. A pesquisa pelo contrário opta pela hipótese de que seja dada certa margem ao juiz na fixação do valor do dano moral. Todavia, deve o julgador seguir os parâmetros da doutrina para mostrar ao destinatário da decisão como guiou seu raciocínio até se chegar à quantidade fixada na indenização moral. A doutrina brasileira consolidou dentre outros critérios mínimos a serem utilizados na análise do caso concreto de dano moral e na fundamentação da decisão. Tais critérios dizem com a condição socioeconômica do ofensor e do ofendido e a extensão do dano. Cabe ao julgador utilizar esses critérios mínimos elegendo dentre eles quais irão preponderar no caso concreto a fim de se permitir ao destinatário saber se na fixação da indenização por dano moral prevaleceu a finalidade compensatória ou punitiva. Isso possibilita a efetiva e proporcional reparação, evitando-se a arbitrariedade judicial e o enriquecimento ilícito.

**Palavras-chave:** Dano moral. Indenização. Critérios de Aplicação. Não arbitrariedade. Proporcionalidade.

## ABSTRACT

The basis of the criteria for application of moral damage is presented in compliance with the relevant effective remedy. The research sought to investigate the proper foundation in the application of compensation for moral damage so that there is ratio of repairable fact and the quantification of compensation for moral damage. The doctrine contains objective criteria to analyze the moral damage. However, in applying these indemnities sees a generalization and abstraction that can allow the same reasons apparent fixation of various values of the indemnity amount due to moral damages. The research does not support the taxatividade in fixing the compensation for moral damage. Search instead opts for the hypothesis that some leeway is given to the judge in fixing the amount of moral damages. However, the judge must follow the parameters of the doctrine to show the addressee of the decision as guided his reasoning until the amount fixed in moral damages is reached. The Brazilian doctrine consolidated among other minimum criteria to be used in the analysis of the case of moral damage and the reasons for the decision. These criteria relate to the socioeconomic status of the offender and the offended and the extent of damage. It is for the judge to use these minimum criteria electing tooth which they will prevail in this case in order to allow the recipient know if the fixing of compensation for moral damage prevailed compensatory or punitive purpose. This enables the effective and proportionate repair, avoiding judicial arbitrariness and illicit enrichment.

**Key-words:** Moral damages. Compensation. Application Criteria. Non-arbitrariness. Proportionality.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
 <b>1 A RESPONSABILIDADE CIVIL E OS CRITÉRIOS DOUTRINÁRIOS DA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO MORAL.....</b>	<b>10</b>
<i>1.1 Responsabilidade Civil: Generalidades .....</i>	<i>10</i>
<i>1.2 Dano moral e direitos da personalidade .....</i>	<i>16</i>
<i>1.3 Critérios doutrinários da quantificação indenizatória por dano moral .....</i>	<i>21</i>
 <b>2 A FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO DANO MORAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO .....</b>	<b>27</b>
<i>2.1 Critérios abertos da indenização por dano moral na Constituição da República     Federativa do Brasil de 1988.....</i>	<i>27</i>
<i>2.2 Proporcionalidade dos critérios da indenização por dano moral e o Código de Defesa do     Consumidor.....</i>	<i>33</i>
<i>2.3 Proporcionalidades dos critérios da indenização por dano moral e o Código Civil de     1916 .....</i>	<i>39</i>
 <b>3 FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA APLICAÇÃO DO DANO MORAL NAS INDENIZAÇÕES JUDICIAIS.....</b>	<b>45</b>
<i>3.1 Jurisprudência Favorável à fundamentação de critérios doutrinários na     indenização moral.....</i>	<i>45</i>
3.1.1 Dados do julgado: Apelação Cível nº 3857485-PR.....	45
3.1.2 Dados do julgado: Recurso Especial nº 1395250 .....	48
<i>3.2 Jurisprudências Desfavoráveis à fundamentação de critérios doutrinários na fixação     da indenização moral.....</i>	<i>53</i>
3.2.1 Dados do julgado: Recurso Especial nº 20060053110-7 .....	53
3.2.2 Dados do julgado: Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 20060262377-1 .....	56
 <b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>60</b>
 <b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

No estudo da responsabilidade civil por danos morais a motivação das decisões judiciais tem caráter essencial. Os critérios de aplicação do dano moral são instrumentos importantes para a análise do caso concreto e devem sempre ser devidamente fundamentados nas decisões para que haja efetiva e proporcional reparação, evitando-se a arbitrariedade judicial e o enriquecimento ilícito.

Não existem na legislação brasileira critérios expressos e taxativos a serem obrigatoriamente utilizados pelo magistrado na análise dos casos de dano moral e fundamentações das indenizações morais. A relevância social e jurídica do tema está ligada a esta falta de elementos objetivos, que gera grande margem para a arbitrariedade nas decisões judiciais.

Diante da falta de parâmetros legais de aplicação do dano moral surge à seguintes indagações: é possível estabelecer critérios objetivos para fixar uma efetiva e proporcional reparação da indenização moral? Deve o julgador na sentença fundamentar quais critérios prevalecerão na fixação do valor da indenização moral para se saber se aplicada preponderantemente o caráter punitivo ou compensatório na indenização moral?

A hipótese destas perguntas responde afirmativamente o problema proposto. Será verificado através dos argumentos despendidos no decorrer dos capítulos desta pesquisa, a existência de critérios de análise dos casos de dano moral criados pela doutrina, a viabilidade na aplicação destes aos casos concretos, com o fim de que haja reparação efetiva, justa, proporcional e razoável ao dano sofrido pela vítima e de que se evite a arbitrariedade e o enriquecimento ilícito nas decisões judiciais.

O primeiro capítulo deste trabalho irá tratar da responsabilidade civil e dano moral, os respectivos conceito e objetos de estudo. Serão usados os posicionamentos e argumentos da doutrina brasileira para demonstrar a existência dos critérios de aplicação do dano moral, quais sejam extensão do dano, condição socioeconômica do ofensor e do ofendido. Analisará, também, a viabilidade e necessidade de se usar os mesmos nos casos de dano moral afim de se evitar a arbitrariedade nas decisões judiciais e enriquecimento ilícito.



O capítulo dois destacará a legislação pertinente ao tema responsabilidade civil por danos morais. Os dispositivos legais que tratam da indenização por danos extrapatrimoniais serão destacados, bem como o caráter que esta deve ter. Será demonstrado que não existe mais o tarifamento da Lei de Imprensa e que não existe dispositivo estabelecendo critérios objetivos para a análise do dano moral.

O terceiro e último capítulo deste trabalho analisará o posicionamento da jurisprudência brasileira quanto aos critérios utilizados para a análise das peculiaridades dos casos concretos e motivação das decisões judiciais que fixam um *quantum debeatur*. Destacará principalmente alguns julgados do Superior tribunal de Justiça, que nestes casos, é quem tem a competência para dar a última palavra sobre indenizações exorbitante ou irrisórias.

O marco teórico desta pesquisa deverá ser o Direito Brasileiro Contemporâneo. Se utilizará os posicionamentos da doutrina brasileira majoritária, dando ênfase às controvérsias de entendimento e à legislação pertinente ao tema, com a finalidade de não restarem dúvidas quanto a existência e viabilidade da utilização dos critérios de análise do dano moral.

A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e documental. Será verificado na doutrina e na legislação brasileira se existem critérios doutrinários capazes de auxiliar o magistrado a analisar e fundamentar os casos em que se discute dano moral e sua indenização.

## 1 A RESPONSABILIDADE CIVIL E OS CRITÉRIOS DOUTRINÁRIOS DA FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO MORAL

No primeiro capítulo deste trabalho iremos dissertar a respeito da responsabilidade civil e dano moral, os respectivos conceito e objetos de estudo. Os posicionamentos e argumentos da doutrina brasileira para demonstrar a existência dos critérios de aplicação do dano moral serão utilizados, a viabilidade e necessidade de se usar os mesmos na análise dos casos de dano moral afim de se evitar a arbitrariedade nas decisões judiciais e enriquecimento ilícito.

### *1.1 Responsabilidade Civil: Generalidades*

A matéria denominada responsabilidade civil está disciplinada no Código Civil, no livro I da Parte Especial (Direito das Obrigações), Título IX (Da Responsabilidade Civil), que esta subdividida em Capítulo I (Da Obrigação de Indenizar) e Capítulo II (Da Indenização).<sup>1</sup>

O tema Responsabilidade Civil conquista a cada dia maior relevância e recorrência na vida do cidadão brasileiro possuidor de direitos e deveres. Diante disto se torna essencial o estudo aprofundado sobre os assuntos integrantes deste ramo do direito.<sup>2</sup>

Maria Helena Diniz destaca a relevância da responsabilidade civil “*Grande é a importância da responsabilidade civil, nos tempos atuais, por se dirigir à restauração de um equilíbrio moral e patrimonial desfeito e à redistribuição da riqueza de conformidade com os ditames da justiça [...]*”.<sup>3</sup>

Com a evolução da história da sociedade, o reconhecimento dos direitos da pessoa humana, direitos à propriedade e a proteção concedidas a este inegável se faz a

---

<sup>1</sup> BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 21 Maio, 2014.

<sup>2</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas. 2014 p.20

<sup>3</sup> DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p.5

importância da definição e conceituação de responsabilidade civil, bem como sua natureza jurídica e a finalidade que esta busca atingir<sup>4</sup>.

Segundo De Plácido e Silva<sup>5</sup>:

“[...] Designa a obrigação de reparar o dano ou de ressarcir, quando injustamente causado a outrem. Revela-se, assim, ou melhor, resulta da ofensa ou da violação de direito, que redunde em dano ou prejuízo a outrem. Pode ter como causa a própria ação ou ato ilícito, como também, o fato ilícito de outrem, por quem, em virtude de regra geral, se responde ou se é responsável.”

Pelas palavras do douto doutrinador é possível perceber que a responsabilidade civil pertence ao ramo do Direito da Obrigação. Consiste na responsabilização de um indivíduo por ter causado um dano a outrem. Este prejuízo é causado em virtude da violação de um direito pertencente à pessoa lesada, ou seja, a responsabilidade civil é oriunda de uma ação ou omissão ilícita.

Importante destacar também que a responsabilidade civil pode recair sobre os ombros de um indivíduo não porque praticou a ação ou omissão lesiva, mas por ser civilmente responsável pelo agente causador do dano. Exemplo disto são os pais responsáveis pelos prejuízos causados a terceiros por seus filhos na responsabilidade objetiva.<sup>6</sup>

A responsabilidade civil tem como propulsor o ato ilícito. Lenza fala que *“Ato ilícito é o praticado com infração ao dever legal de não lesar a outrem. Tal dever é imposto a todos no art. 186 [...] Também o comete aquele que pratica abuso de direito. Preceitua, com efeito, o art. 187 do mesmo diploma.”*<sup>7</sup>

Outra excelente conceituação de responsabilidade civil está presente no livro Curso de Direito Civil dos doutrinadores Pablo Stouze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. Eles ao conceituarem responsabilidade civil destacam dois dos pressupostos essenciais a este instituto, a conduta humana e o dano a outrem como consequência desta.

---

<sup>4</sup>CAVALIERI Filho, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. p.20

<sup>5</sup>SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico Conciso**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.663

<sup>6</sup>CAVALIERI Filho, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. p.20

<sup>7</sup>LENZA, Pedro. **Direito Civil 1 Esquematizado: Parte Geral, Obrigações e Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2011. p.375

Segundo Pablo Stouze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho<sup>8</sup>:

“[...] De tudo o que se disse até aqui, conclui-se que a noção jurídica de responsabilidade pressupõe a atividade danosa de alguém que, atuando a priori ilicitamente, viola uma norma jurídica preexistente (legal ou contratual), subordinando-se, dessa forma, às consequências do seu ato (obrigação de reparar)”.

É possível perceber pelos conceitos apresentados, que a responsabilidade civil possui pressupostos, ou seja, para que haja uma obrigação de reparar é necessário elementos essenciais. Segundo Flávio Tartuce “*Não há unanimidade doutrinária em relação a quais são os elementos estruturais da responsabilidade Civil ou pressupostos do dever de indenizar*”.<sup>9</sup>

Nota-se no trecho em destaque acima não existe dentro da doutrina um consenso sobre quantos e quais seriam os requisitos para se configurar o dever de indenizar. Neste trabalho será apresentado os três pressupostos utilizados e comentados pela doutrina brasileira com mais recorrência.

Nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves “*A responsabilidade civil se assenta, segundo a teoria clássica, em três pressupostos: um dano, a culpa do autor e a relação de causalidade entre o fato culposos e o mesmo dano*”.<sup>10</sup> Quando dentro de uma situação fática estão presentes os três pressupostos, a vítima poderá pleitear indenização perante a justiça a fim de se ressarcir pelo dano.

O primeiro pressuposto a ser trabalhado é o denominado culpa. Quando indivíduo pratica uma conduta voluntária, seja ela omissiva ou comissiva, e esta viola o um dever jurídico ou um direito respectivamente se configura o elemento dolo ou culpa.<sup>11</sup>

Segundo Paulo Nader<sup>12</sup>:

---

<sup>8</sup> GLIANO, Pablo Stouze. PAMPLONA FILHOS, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 54

<sup>9</sup> TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método. 2011. p. 410.

<sup>10</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p 31

<sup>11</sup> SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro. **Direito Civil: Responsabilidade civil**. 2. ed. São Paulo: Atlas p.20

<sup>12</sup> NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2010. p.98

“[...] A responsabilidade Civil se caracteriza tanto por uma conduta dolosa quanto culposa. O dever de reparação pressupõe culpa *latu sensu*, podendo esta se caracterizar por uma conduta dolosa ou culposa. [...] A essência da culpa é a previsibilidade e a inevitabilidade do fato lesivo a outrem. Quando à previsibilidade exigida, esta é comum às pessoas, não a que está apenas ao alcance dos profissionais ou de quem possui uma extraordinária vivência nos fatos em questão. Ainda que não desejando o resultado, o agente não envidou todos os esforços ao seu alcance, afim de evitar o dano. “

Todas as pessoas devem ao agir ter consciência de que suas atitudes tem consequência na vida de outras pessoas e da sociedade como um todo. É necessário empregar todos os esforços para não violar direito de outrem e causar-lhe prejuízo. A culpa em sentido amplo independe da intenção, ou seja, mesmo o agente não tendo a intenção de causar dano o fizer por culpa ou dolo ele tem responsabilidade de repará-lo.<sup>13</sup>

É necessário para se configurar culpa do agente este ser imputável. A imputabilidade esta ligada ao discernimento, ou seja, ao desenvolvimento e sanidade mental. Nas palavras de Carlos Roberto Gonçalves “*Em outras palavras àquele que não pode querer e entender não incorre em culpa e, ipso facto, não pratica ato ilícito*”.<sup>14</sup>

Exemplo de pessoas consideradas inimputáveis aos olhos da Lei são os menores de idade e os indivíduos com algum tipo de deficiência mental. Estes quando praticam um ato causador de um dano não podem ser responsabilizados. Porém nestes casos quem responderá pelo prejuízo causado ao terceiro serão os responsáveis por estas pessoas, conforme dispõe o artigo 932 do Código Civil.<sup>15</sup>

O segundo elemento da responsabilidade civil é o nexo causal. No plano naturalístico há uma relação de causa e efeito, no plano jurídico falamos em uma relação entre a conduta e o resultado dano, ambos ligados pelo nexo de causalidade. Existem muitas teorias que tratam deste elemento, porém a abordada neste trabalho é a teoria defendida por Pablo Stolze e Pamplona e adotada no Brasil, denominada Teoria da Causalidade direta e imediata.

---

<sup>13</sup>SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da Responsabilidade Civil:** Da Erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos. 5 .ed. São Paulo: Atlas . 2013.p 12

<sup>14</sup>GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Responsabilidade Civil. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p 35

<sup>15</sup>Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:

I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;

II - o tutor e o curador, pelos pupilos e curatelados, que se acharem nas mesmas condições;

Segundo Pablo Stolze e Pamplona “[...] Portanto, a despeito de reconhecermos que o nosso Código melhor se amolda à teoria da causalidade direta e imediata, somos forçados a reconhecer que, por vezes, a jurisprudência adota a causalidade adequada [...]”.<sup>16</sup>

A Teoria da Causalidade Direta e Imediata também pode ser chamada de Teoria da Interrupção do Nexo Causal. Para ela a causa é um antecedente fático ligado ao resultado danoso, sendo este necessariamente uma consequência direta e imediata daquele.<sup>17</sup>

O artigo publicado por Reginaldo Santos no site JusBrasil explica de forma clara a Teoria da Causalidade Direta e Imediata “Já a terceira teoria disciplina que somente podem ser considerados causas os elementos necessariamente ligados e vinculados aos resultados danosos. Desta maneira, somente seriam causas os fatos que diretamente ensejassem o dano.”<sup>18</sup>

O terceiro pressuposto essencial para se configurar a responsabilidade civil é a ofensa a um bem jurídico, também chamado dano<sup>19</sup>. Nas palavras de Elias “Em síntese, pode ser conceituando o dano como qualquer lesão à bem jurídico produzida por fator alheio à vontade da vítima.”<sup>20</sup>

O dano é um pressuposto presente em todos os tipos de responsabilidade. Isto significa afirmar, que dentre as várias espécies de responsabilidade civil o resultado danoso sempre estará presente, uma vez que sem prejuízo não há que se falar em reparação civil.<sup>21</sup>

Não se pode confundir o dano com um mero dissabor. O resultado danoso para a responsabilidade Civil corresponde a uma lesão efetiva e relevante ao mundo jurídico,

---

<sup>16</sup>GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil: Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

<sup>17</sup>CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. P.104

<sup>18</sup>BRASIL, **A RESPONSABILIDADE CIVIL**, de 10 de Dezembro de 2013. Disponível em: <<http://rcsantos695.jusbrasil.com.br/artigos/112209728/a-responsabilidade-civil>>. Acesso em 30 de set. 2014.

<sup>19</sup>PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações**. 24.ed. São Paulo: Forense .2002. p. 315.

<sup>20</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral: Na Jurisprudência do STJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2004. p.21

<sup>21</sup>COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Obrigações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2010. p 300

que deve ser provada. Segundo Helena Elias “*O Direito não se presta, assim, a tutela de caprichos fúteis e de objetos insignificantes*”.<sup>22</sup>

A responsabilidade civil pode ser classificada em muitas espécies. Neste trabalho usaremos a classificação da professora Maria Helena, nas palavras dela “[...] A responsabilidade Civil pode apresentar-se sob diferentes espécies, conforme a perspectiva em que se a analisa. [...] poderá ser classificada: 1) quanto ao fato gerador [...] 2) Em relação ao fundamento, [...] 3) Relativamente ao agente [...]”<sup>23</sup>.

Sobre a classificação quanto ao fato gerador, esta detém duas espécies a responsabilidade civil contratual e extracontratual. A primeira é assim denominada, pois é uma obrigação oriunda do descumprimento de ato negocial, ou seja, de um contrato. A segunda também pode ser chamada de responsabilidade aquiliana e se consubstancia em uma obrigação cuja origem é o descumprimento de uma lei.<sup>24</sup>

As espécies de responsabilidade civil em relação ao fundamento podem ser subjetiva ou objetiva. Na primeira é essencial, para que haja dever de indenizar, a demonstração de culpa do agente causador do dano, seja por negligência, imprudência ou imperícia. Significa dizer que a vítima para pleitear indenização deverá demonstrar que o agente causador do dano agiu por um destes três elementos subjetivos.<sup>25</sup>

Esta modalidade representa a grande maioria dos casos de responsabilidade no Código Civil de 2002. O artigo 186 deste mesmo Código fala que “*Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito*”<sup>26</sup>. Como já estudado quem comete ato ilícito e causa dano tem obrigação de indenizar.

---

<sup>22</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral**: Na Jurisprudência do STJ. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2004. p. 24

<sup>23</sup>DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**: Responsabilidade Civil. 16. ed. São Paulo: Saraiva. 2002. p.114-116

<sup>24</sup>NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**: Responsabilidade Civil. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2010. p.98.

<sup>25</sup>CAVALIERI Filho, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6.ed. São Paulo: Malheiros Editores.2005. p.20

<sup>26</sup>**Art. 186.** Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

A responsabilidade objetiva é admitida nos casos descritos na lei, conforme está expresso no artigo 927 do Código Civil de 2002.<sup>27</sup> Nesta modalidade de responsabilidade civil a culpa é presumida, ou seja, não é necessário ser comprovada ou discutida.<sup>28</sup>

A última classificação apresentada pela referida professora é relativa ao agente e tem duas subespécies, a responsabilidade direta e a indireta. A primeira é aquela em que o agente responsável por ressarcir o dano causado é a mesma pessoa que causou o prejuízo. A segunda, denominada responsabilidade civil indireta, ocorre quando um terceiro responde por dano causado pelo agente a vítima, isto, pois, mesmo não tendo concorrido na culpa pelo prejuízo causado esta terceira pessoa é responsável pelo agente que causou a lesão.<sup>29</sup>

## ***1.2 Dano moral e direitos da personalidade***

Os direitos fundamentais assumem hoje tal importância para todo o estado brasileiro, que são considerados como fundamentos deste. Com o advento da Constituição Federal do ano de 1988, que é produto de uma evolução histórica e diversas reflexões sobre as necessidades e anseios da sociedade, e por forte influência de tratados internacionais em favor do princípio da dignidade humana, os direitos da personalidade hoje são garantias constitucionais.<sup>30</sup>

Os direitos denominados da personalidade tem seus principais fundamentos e regras disciplinados dentro do ordenamento jurídico Brasileiro na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 5º, X e no Código Civil de 2002.

Segundo o artigo 5º, X da Constituição da República Federativa de 1988:<sup>31</sup>

**“Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

---

<sup>27</sup>**Art. 927.** Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

<sup>28</sup>TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método. 2011. p. 445

<sup>29</sup>VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas. 2011. p.81-82.

<sup>30</sup>MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**.6. ed. São Paulo: Saraiva. Saraiva. 2011. p. 15.

<sup>31</sup>BRASIL. Constituição (1988).**Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2013.



inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”

De acordo com o artigo 11 do Código Civil são características dos direitos da personalidade a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade <sup>32</sup>. A doutrina, no entanto, comenta sobre diversas outras inerentes a estes direitos. Segundo Nader “*Os direitos da personalidade são intransmissíveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e, conforme análise supra, absolutos*”.<sup>33</sup>

No estudo aprofundado das características dos direitos da personalidade, é possível verificar que a doutrina os divide em duas categorias gerais. Estes dois grupos são denominados os direitos adquiridos e inatos da personalidade. Segundo Pedro Lenza “*os adquiridos, que decorrem do status individual e existem na extensão da disciplina que lhes foi conferida pelo direito positivo, como o direito autoral*”.<sup>34</sup>

Nas palavras do doutrinador Caio Mário “*Os inatos (como o direito à vida, o direito a integridade física e moral), sobrepõe qualquer condição legislativa, são absolutos, irrenunciáveis, intransmissíveis, imprescritíveis [...]*”.<sup>35</sup> Estes estão vinculados de forma íntima ao indivíduo e sua personalidade e são adquiridos a partir do nascimento com vida<sup>36</sup>, ressalvados os direitos do nascituro.<sup>37</sup>

O direito autoral, ou direito a paternidade intelectual também integra o conjunto não dos direitos da personalidade. Nas palavras de Adriano de Cupis na obra Os Direitos da Personalidade:<sup>38</sup>

Nas palavras de Adriano de Cupis na obra Os Direitos da Personalidade “*A paternidade intelectual, sendo um bem interior da pessoa, dela inseparável, existe*

<sup>32</sup> Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

<sup>33</sup> NADER, Paulo. **Cursos de Direito Civil: Parte Geral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2010. p. 186.

<sup>34</sup> LENZA, Pedro. **Direito Civil 1 Esquematizado: Parte Geral, Obrigações e Contratos**. São Paulo: Saraiva. 2011 p.153.

<sup>35</sup> PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Teoria Geral do Direito Civil**. 23.ed. Rio de Janeiro: Forense. 2010. p. 205.

<sup>36</sup> NADER, Paulo. **Cursos de Direito Civil: Parte Geral**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2010. p.185

<sup>37</sup> Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

<sup>38</sup> CUPIS, Adriano de. **Os Direitos da Personalidade**. Campinas-SP: Romana Jurídica. 2004. p.337

*permanentemente na sua esfera jurídica [...], é munido dos tributos necessários para poder ser classificado entre os direitos da personalidade”.*<sup>39</sup>

César Fiuza destaca uma distinção dentro dos direitos subjetivos da pessoa entre os denominados direitos à integridade física e os direitos à integridade moral. O direito ao próprio corpo e à vida faz parte do primeiro grupo mencionado, já os direitos a liberdade, imagem, honra estão inseridos no segundo grupo.<sup>40</sup>

Este trabalho se atenta a uma visão lato senso de direitos da personalidade, trata destes como um conjunto dos direitos subjetivos intransmissíveis e irrenunciáveis, sem distinção se inatos ou adquiridos e focaremos nos direitos à integridade moral.

Importante falar da essencialidade destes direitos, pois sem estes não existiria a própria personalidade. José Serpa de Maria ao dissertar sobre estes direito, explica que *“São como projeções de certos atributos imanentes, que adornam e dignificam a pessoa humana. Nos substanciais direitos privados da personalidade, ao lado de seu caráter absoluto, sobressai à essencialidade”.*<sup>41</sup>

Os direitos a personalidade são direitos subjetivos, é proibido violar e obrigatório respeitar tais direitos.<sup>42</sup> Para gerar dano moral a violação a estes tem que gerar efetiva lesão ao indivíduo. Este dano tem que ser devidamente comprovado para somente após ser fixado um valor a título de indenização, a este é atribuída à expressão *quantum*.<sup>43</sup>

O novo Código Civil do ano de 2002, desde seu projeto busca de forma mais específica regulamentar as formas de tutelar os direitos subjetivos da pessoa humana. A Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, artigo 186 declara que ao violar direito e causar dano a outrem se comete ilícito mesmo sendo o dano exclusivamente moral<sup>44</sup> e o artigo 927 da mesma Lei declara que quem por ato ilícito causa dano a outrem fica obrigado a reparar.<sup>45</sup>

---

<sup>39</sup>CUPIS, Adriano de. **Os Direitos da Personalidade**. Campinas – SP: Romana Jurídica.2004. p.337

<sup>40</sup>FIUZA, César. **Direito Civil: Curso Completo**. 15. ed. Belo Horizonte-MG:DelRey. 2012. p.173

<sup>41</sup>MARIA, José Serpa de STA. **Direitos da Personalidade e a Sistemática Civil Geral**. São Paulo: Julex Livros. 1987. p 31

<sup>42</sup>ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **O Direito à Vida Digna**. Belo Horizonte-MG: Fórum. 2004. p 280.

<sup>43</sup>BUCCI, Mário César. **Estudos de Responsabilidade Civil: Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo.: Ícone. 2003. p. 990

<sup>44</sup>**Art. 186.** Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

<sup>45</sup>**Art. 927.** Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

O tema dano moral é muito discutido e demandado desde a criação da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, porém não existe um conceito único de dano moral, existem sim vários doutrinadores e estudiosos do tema que conceituam este tipo de dano. Algumas controvérsias que surgiram no decorrer do tempo já foram resolvidas pela legislação e pelos entendimentos jurisprudenciais e outras ainda não estão pacificadas.

Hoje se sabe que os danos morais são indenizáveis, que eles podem ser cumulados com danos materiais e que uma pessoa jurídica pode sofrer danos morais, mas tais entendimentos já causaram muita divergência entre os operadores do direito no passado.<sup>46</sup> O conceito de dano moral é até os dias atuais motivo de discussões, segundo Cavalieri Filho é de extrema importância se definir o conceito de dano moral *“Esse é o ponto de partida para o equacionamento de todas as questões relacionadas com o dano moral, inclusive quanto à sua valoração”*.<sup>47</sup>

É vasto o número de estudiosos que construíram seu conceito e expõe os respectivos entendimentos do que seria dano moral. A maioria dos textos encontrados nos livros e trabalhos sobre o tema engloba a característica da extrapatrimonialidade uma vez que danos morais também são chamados de danos extrapatrimoniais.<sup>48</sup>

A concepção de dano moral é importante, pois este é resultado de uma lesão aos direitos subjetivos das pessoas. Esta característica é a principal diferença entre os danos materiais e morais, uma vez que no primeiro o prejuízo envolve o patrimônio da vítima e no dano moral o ato lesivo viola um direito subjetivo da vítima, o íntimo da mesma.

A lesão ao íntimo do indivíduo esta intimamente ligado aos seus direitos, quando há um dano moral há também uma violação à um dos direitos da personalidade. Nas palavras de Elias *“não é de se estranhar a assertiva de que o dano indenizável é aquele que se refere a uma situação protegida pelo Direito, tendo em vista que o ordenamento jurídico não protege as situações ilícitas”*.<sup>49</sup>

Se procurarmos conceitos mais específicos de dano moral será possível encontrar uma divisão de entendimentos. Nas palavras do doutrinador Wesley Bernardo: *“Inicialmente, duas correntes mostram-se predominantes: uma que compreende dano moral*

---

<sup>46</sup>VIANA, Patricia Guerrieri Barbosa. **Dano Moral à pessoa Jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2002. p. 64

<sup>47</sup>CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 128

<sup>48</sup>BUCCI, Mário César. **Estudos de Responsabilidade Civil: Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo: Ícone, 2003. p. 660-661

<sup>49</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral: Na Jurisprudência do STJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p.24

*como lesão a direitos da personalidade; outra que entende dano moral como os efeitos não patrimoniais da lesão[...].*<sup>50</sup>

Este trabalho trata do dano moral como uma lesão efetiva aos direitos denominados da personalidade ou subjetivos da pessoa, cuja ofensa gera ao ofensor da obrigação de indenizar o ofendido. Não obstante concorda que esta espécie de dano tem efeitos extrapatrimoniais na vítima, uma vez que atinge seu íntimo e não seu patrimônio material.

Quando um indivíduo comete uma conduta danosa e esta efetivamente causa dano a alguém, torna-se indispensável à reparação deste. Quando a conduta lesiva atinge os direitos subjetivos das pessoas podemos falar em danos morais. Segundo Melo *"[...] a lesão que possa autorizar a indenização por danos morais como aquela que atinge o âmago do indivíduo, causando- lhe dor (incluindo-se aí a incolumidade física), sofrimento, angústia, vexame [...]"*<sup>51</sup>

É essencial entender que para haver dano moral é necessário haver efetiva lesão. Segundo Elias *"O dano é o elemento fundamental da responsabilidade civil, [...] Este entendimento é essencial, uma vez que o mero dissabor do indivíduo não lhe concede o direito de pleitear danos morais."*<sup>52</sup>

Existem várias divergências na doutrina a respeito de danos morais, exemplo disto são as controvérsias sobre o caráter da indenização, parte dos doutrinadores entende que esta tem por objetivo punir o agente e outra parcela significativa dos estudiosos do direito falam do fim de compensar a vítima pelo prejuízo causado.<sup>53</sup>

O caráter compensatório tem por objeto segundo Moraes *"confortar a vítima – ajudando-a a sublimar as aflições e tristezas decorrentes do dano injusto"*. Já o caráter punitivo do dano moral tem o objetivo de *"[...] impor uma penalidade exemplar ao ofensor, consistindo esta na diminuição de seu patrimônio material e na transferência da quantia para o patrimônio da vítima"*<sup>54</sup>

---

<sup>50</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p. 74

<sup>51</sup>MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 05-10

<sup>52</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral: Na Jurisprudência do STJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 20

<sup>53</sup>CIANCI, Mirna. **O valor da reparação moral**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 27

<sup>54</sup>MORAES, Maria. **Danos à Pessoa Humana: Uma Leitura Civil: Constitucional dos Danos Morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 23

A principal diferença entre o caráter punitivo e o caráter compensatório é o objetivo que cada um quer atingir ao fixar a indenização a título de danos morais. Na atualidade podemos falar em um caráter dúplice, isto, pois um não exclui o outro. Independente do caráter, o que se sabe é a necessidade da vítima se ressarcir do prejuízo causado pelo ato danoso.<sup>55</sup>

É de se concluir, que se configura dano moral quando houver lesão aos direitos da personalidade, tais como direito a integridade física, psicológica e autoral. Maria Helena Diniz fala da relação entre tais direitos e o dano moral “[...] o ressarcimento dos danos não se limita apenas às lesões à integridade corporal. Se houver ofensas aos direitos do autor, à honra da pessoa, aos bens que integram a sua intimidade, [...], ter-se-á dano moral”.<sup>56</sup>

### **1.3 Critérios doutrinários da quantificação indenizatória por dano moral**

A legislação brasileira até os dias atuais não institui critérios taxativos a serem usados no cálculo do *quantum* a título de danos morais, Segundo Mário César Bucci “Nosso ordenamento jurídico não oferece critérios com dispositivos legais específicos para a fixação do *quantum* indenizatório em relação aos danos morais, que diferem dos danos patrimoniais e materiais”.<sup>57</sup>

Como fixar de maneira justa o *quantum* a título de dano moral sempre foi uma questão difícil e que gera discussão entre doutrina e até mesmo entre a jurisprudência. Segundo Cianci, “[...] são notórias as dificuldades para o acercamento dos critérios de avaliação do dano moral, razão que conduz o ressarcimento a regras de mera compensação.”<sup>58</sup>

Para se estabelecer um valor de indenização por danos morais é necessário se pensar e estabelecer critérios a serem usados no cálculo da indenização, que auxiliem no alcance de um montante justo e obedecem aos princípios da razoabilidade e

---

<sup>55</sup> MELO, Nehemias. **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do *Quantum***. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 164.

<sup>56</sup> DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 76

<sup>57</sup> BUCCI, Mário César. **Estudos de Responsabilidade Civil: Doutrina e Jurisprudência**, São Paulo: Ícone, 2003. p. 992.

<sup>58</sup> CIANCI, Mirna, **O Valor da Reparação Moral**. São Paulo Saraiva, 2003. p. 59

proporcionalidade. A tarefa de estabelecer um *quantum* adequado à situação fática é necessária, difícil e exige muita reflexão e ponderamento.<sup>59</sup>

Várias teorias existem e buscam criar critérios, que levem a uma fixação de um valor justo e que efetivamente indenize na proporção do dano moral causado. Como veremos vários doutrinadores estudam a fundo e escrevem sobre critérios adequados de serem usados para estabelecer um *quantum* relativo a danos morais.<sup>60</sup>

Os valores a serem fixados não devem ser ínfimos e nem abusivos, ou seja, que extrapolem os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, pois se assim acontecer à indenização não alcançará o propósito para que fosse criada. Tal objetivo pode ser o de punir o agente ou ressarcir a vítima dependendo da corrente doutrinária. De acordo com Elias “A identificação dos critérios para o arbitramento do dano moral constitui, na atualidade, a questão mais difícil no âmbito do estudo da responsabilidade cível por dano extrapatrimonial”.<sup>61</sup>

A fim de solucionar ou no mínimo direcionar os aplicadores do direito à uma solução, este tema vem sendo abordado em diversas discussões jurídicas. Quando tratamos dos critérios adotados para a fixação de um valor para indenização de danos morais a doutrina em geral oferece vários exemplos, dentre estes é possível distinguir os mais citados.

Segundo Cavaliere:

“[...] Nessa linha de princípios, juízes de todo o Brasil presentes ao **IX Encontro dos Tribunais de Alçada realizado em São Paulo**, em busca de critérios mais ou menos uniformes para a determinação do dano moral, unanimemente aprovaram a seguinte recomendação: **"Na fixação do dano moral, deverá o juiz, atentando-se ao nexo de causalidade inscrito no art. 1.060 do Código Civil [de 1916J, levar em conta critérios de proporcionalidade e razoabilidade na apuração do quantum, atendidas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado."**<sup>62</sup>  
(Grifo nosso)

O IX Encontro dos Tribunais de Alçada mencionado pelo professor Cavaliere aconteceu em São Paulo, no dia 30 de outubro, ocasião na qual os presentes

<sup>59</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p. 118

<sup>60</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p. 141.

<sup>61</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral: Na Jurisprudência do STJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 129

<sup>62</sup>CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 108

discutiram o tema dano moral e os critérios de fixação do *quantum*. Por unanimidade concluíram que se deve levar em conta tanto a condição socioeconômica do ofensor como também a do ofendido ao se fixar a indenização, sempre prezando pela razoabilidade e proporcionalidade <sup>63</sup>

Tais critérios vêm sendo usados cada vez mais frequência pela jurisprudência brasileira principalmente após o ao referido Encontro dos Tribunais de Alçada, o qual teve grande importância e tem suas conclusões sendo usadas inclusive em algumas fundamentações de acórdãos do Superior Tribunal Federal (STJ). Exemplo disto é o acórdão do RECURSO ESPECIAL Nº 1.197.284 - AM (2010/0104097-0) do STJ, no qual o EXMO. SR. MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO usa tais critérios discutidos no encontro para fundamentar seu voto.

“[...]3.3) Valorização das circunstâncias do evento danoso (elementos objetivos e subjetivos de concreção)

“[...]No IX Encontro dos Tribunais de Alçada, realizado em 1997, foi aprovada proposição no sentido de que, no arbitramento da indenização por dano moral, “o juiz ... deverá levar em conta critérios de proporcionalidade e razoabilidade na apuração do *quantum*, atendidas as condições do ofensor, do ofendido e do bem jurídico lesado [...]”.

STJ, RECURSO ESPECIAL Nº 1.197.284 Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 23/10/2012, T3 - TERCEIRA TURMA <sup>64</sup>

(grifo nosso)

Observa-se que a condição socioeconômica do ofensor e do ofendido são critérios que devem ser levados em consideração no momento de se fixar um valor a título de indenização. Quando falamos em indenização por danos morais tais elementos ganham uma importância maior, pois o risco de enriquecimento sem causa aumenta. Estes critérios estão intimamente ligados a sua vida econômica e social das partes. Econômica no sentido de suas posses, patrimônio, renda e social no que tange ao meio em que vive, status social. <sup>65</sup>

---

<sup>63</sup> CREMONEZE, Paulo Henrique. **Dano moral: quantificação da indenização segundo a doutrina do “punitive damage**. Disponível em: < <http://www.gilbertomelo.com.br/rss/33-Danos-morais/2900-dano-moral-quantificacao-da-indenizacao-segundo-a-doutrina-do-qpunitive-damageq>> Acesso em: 27 de maio de 2014

<sup>64</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. REsp. nº 1.197.284 Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 23/10/2012, T3 - TERCEIRA TURMA

<sup>65</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p.110

A aplicação destes critérios sempre deve ser permeada pelos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, uma vez que aplicados juntos os critérios e estes princípios alcançar um valor mais justo para uma indenização, que compense a vítima, puna o agente e sirva de exemplo para a sociedade torna-se um trabalho menos complexo.<sup>66</sup>

Também é notória o recorrente uso de tais critérios de forma reiterada, sempre buscando alcançar a razoabilidade e a proporcionalidade. Segundo as palavras de Helena Elias: “*O porte econômico do ofendido e do ofensor tem sido, reiteradamente, considerado como critério orientador do arbitramento judicial do valor da reparação por dano moral*”.<sup>67</sup>

Necessário se faz informar que quando falamos de dano moral o lesado e a extensão das consequências sofridas por ele em virtude da conduta danosa são fatores essenciais de serem analisadas. Devido a isto se torna indispensável para uma fixação justa do *quantum* levar em consideração os efeitos morais da conduta lesiva<sup>68</sup>.

Quando pensamos nas consequências que certa lesão pode ter causado ao indivíduo. Se a consequência da conduta lesiva é extrema como, por exemplo, a morte, podemos afirmar que para a família os danos morais são graves e a indenização deve ser alta. Todavia se gera uma lesão ao íntimo da pessoa deve-se analisar o quão grave é, mas é razoável pensar que este tipo de lesão é menos grave.<sup>69</sup>

Em um grau menor, porém também muito grave, quando um ato lesivo causa dano à saúde física do indivíduo pode causar a ele um dano ao seu íntimo e a sua moral. Isto, pois, com o comprometimento do físico de uma pessoa pode prejudicar sua autoestima, acarretar maiores dificuldades enfrentadas no dia a dia e alterar o modo como esta se enxerga como indivíduo.<sup>70</sup>

Seguindo a mesma linha de raciocínio, identificar se o ato lesivo pode ser revertido ao não ajuda a valorar o dano. Ao falarmos sobre a gravidade do dano causado, fica

---

<sup>66</sup>MELO, Nehemias: **Dano Moral**: Problemática: Do Cabimento à Fixação do *Quantum*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p.05-10

<sup>67</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral**: Na Jurisprudência do STJ. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 146-147

<sup>68</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral**: Critérios de Fixação de Valor. São Paulo: Renovar, 2005. p. 147

<sup>69</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral**: Na Jurisprudência do STJ. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 135

<sup>70</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral**: Na Jurisprudência do STJ. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 136



mais fácil a compreensão ao identificar se a lesão é ou não irreversível. Sendo o dano irreversível o de maior gravidade e o de mais fácil reversibilidade menos grave.<sup>71</sup>

Pelo exposto é notória a importância de se avaliar as consequências que determinado ato lesivo acarreta na vida do indivíduo. Isto para avaliar a extensão do dano causado e estabelecer uma indenização justa ao mesmo fazendo valer assim os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Quando há dano deve haver indenização, ou seja, a vítima tem o direito de se restituir e o autor do dano tem o dever de restituí-la. A fixação de uma indenização a título de dano moral como já exposto deve ser razoável e proporcional ao dano. Quando o *quantum* não obedece aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade pode haver Enriquecimento sem causa<sup>72</sup>.

O enriquecimento sem causa é vedado no Brasil. O Código Civil de 2002 em seu Título VII, capítulo IV dispõe da vedação deste tipo de enriquecimento e coloca como obrigação a restituição do objeto do enriquecimento sem justa causa.

Segundo artigo 884 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002:

“Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Parágrafo único. Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, quem a recebeu é obrigado a restituí-la, e, se a coisa não mais subsistir, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi exigido.”<sup>73</sup>

Existem dois sistemas que se diferenciam pela forma de se fixar o valor da indenização do dano moral. No sistema denominado Tarifado a lei traz a valoração que deve ser aplicada a título de danos morais. O sistema chamado de aberto é o adotado pelo Brasil, neste é a figura do juiz que através de sua experiência e sensibilidade, após analisar o caso concreto que agrega valor a aquele dano moral.<sup>74</sup>

É o magistrado quem fixa o valor da indenização. De acordo com Nehemias: "seja no caso de reparação " in natura" seja nos casos de reparação pela

<sup>71</sup>CIANCI, Mirna, **O Valor da Reparação Moral**: São Paulo: Saraiva, 2003 . p59

<sup>72</sup>ALMEIDA. L.P. Moitinho de. **Enriquecimento sem causa**. 2. ed. Coimbra: Almedina. 1998. p. 27-28

<sup>73</sup>BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 21 Maio. 2014.

<sup>74</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral**: Na Jurisprudência do STJ. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004. p. 126

equivalência pecuniária, o papel de juiz assume importância ímpar, na medida em que, de sua discricionariedade é que virá a determinação do *quantum* [...]”<sup>75</sup>

Os magistrados de todo Brasil devem sempre buscar os princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade ao julgarem uma causa de danos morais. Sempre devem utilizar sua sensibilidade e experiência ao proferir sua sentença decretando uma indenização a título de danos morais.<sup>76</sup>

Como visto apesar de o juiz brasileiro não se submeter ao quantum tarifado na dosagem da indenização por dano moral, a doutrina e a jurisprudência busca evitar o arbítrio judicial ao postular critérios quantificadores nessas indenizações, conforme será investigado no capítulo seguinte.

---

<sup>75</sup> MELO, Nehemias: **Dano Moral**: Problemática: Do Cabimento à Fixação do *Quantum*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p.164.

<sup>76</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p.107

## 2 A FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DO DANO MORAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO

No capítulo dois a legislação pertinente ao tema responsabilidade civil por danos morais será destacada. Será dado ênfase aos dispositivos legais que tratam da indenização por danos extrapatrimoniais, bem como o caráter que esta deve ter. Será analisada a inexistência o tarifamento da Lei de Imprensa e que não existe dispositivo estabelecendo critérios objetivos para a análise do dano moral.

### ***2.1 Critérios abertos da indenização por dano moral na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.***

Constituição tem vários conceitos, a obra Curso de Direito Constitucional do Ministro Gilmar Mendes fala que: “[...] A Constituição, em sentido formal, é o documento escrito e solene que positiva as normas jurídicas superiores da comunidade do Estado elaboradas por um processo constituinte específico”.<sup>77</sup>

A atual Constituição Federal brasileira pode ser classificada como escrita, democrática, rígida, codificada. Escrita, ou também chamada de solene, pois foi positivada. Codificada, uma vez que suas normas estão reunidas em um mesmo diploma legal, democráticas, pois provém do povo e tem a legitimação deste. Por ultimo é considerada rígida, pois é possível ser modificada, mas o processo para que isto aconteça é complexo, exigente e qualificado.<sup>78</sup>

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a sétima constituição na história brasileira, foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988 e é a carta magna dentro do ordenamento jurídico brasileiro.<sup>79</sup> Importante ressaltar o posicionamento de alguns doutrinadores, que afirmam ter tido o Brasil oito Constituições. Isto pois consideram a EC n. 1/69 a sétima Constituição na ordem cronológica, apesar desta não ter sido promulgada pelo presidente da época<sup>80</sup>.

---

<sup>77</sup> MENDES, Gilmar Ferreira.; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 66

<sup>78</sup> NASCIMENTO, Tupinabá Miguel Castro do Nascimento. **Comentários à Constituição Federal: Princípios Fundamentais artigos 1º a 4º**. Porto Alegre-RS: Livraria Advogados, 1997. p. 33-51

<sup>79</sup> HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional**. 4. ed. Belo Horizonte-MG: Del Rey. 2003. p. 51-60

<sup>80</sup> LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 p.114

Diante desta hierarquia da Constituição perante as outras normas Afonso da Silva afirma que *“todas as normas que integram o ordenamento jurídico nacional só serão validas se conformarem com as normas da Constituição Federal”*.<sup>81</sup> Significa afirmar que uma norma inconstitucional não deve ter validade.

O ordenamento jurídico é formado por um conjunto de normas de direito. Segundo o doutrinador Nascimento *“A norma criada não tem vida isolada nem conteúdo estável para todo o sempre. Ela ingressará necessariamente, num ordenamento jurídico maior, com o qual deverá haver conformação.”*<sup>82</sup>

Toda norma jurídica deve ser interpretada antes de aplicada ao caso concreto. Interpretar nas palavras de Plácido e Silva: *“é compreendido, na acepção jurídica, como a tradução do sentido ou do pensamento, que está contido na lei, na decisão, no ato ou no contrato”*.<sup>83</sup>

Existem vários princípios constitucionais, dentre estes Pedro Lenza destaca a importância do princípio da interpretação conforme a Constituição, que afirma *“[...] deve-se preferir a exegese que mais se aproxime da constituição e, portanto, não seja contrária ao texto constitucional”*.<sup>84</sup>

Todas as normas de um ordenamento jurídico devem ser criadas e aplicadas respeitando os princípios constitucionais e as regras da Constituição. Segundo Raul Machado *“A identificação dos princípios estabelecidos reclama a interpretação da Constituição Federal no seu conjunto, para reunir as regras dispersas que definam a origem, a causa, o começo, o germe, o elemento predominante [...]”*.<sup>85</sup>

Como se pode perceber pelo exposto até aqui, em uma situação de concorrência entre duas possíveis interpretações de uma norma jurídica, o entendimento que melhor se adéqua à Constituição Federal de 1988 e suas regras deve ser o aplicado.<sup>86</sup>

---

<sup>81</sup> SILVA, Afonso da Silva. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. p. 46

<sup>82</sup> NASCIMENTO, Tupinabá Miguel Castro do. **Comentários à Constituição Federal: Princípios Fundamentais artigos 1º a 4º**. Porto Alegre-RS: Livraria Advogados, 1997. p. 97

<sup>83</sup> SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico Conciso**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 448

<sup>84</sup> LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010 p. 137

<sup>85</sup> HORTA, Raul Machado. **Direito Constitucional**. 4. ed. Belo Horizonte-MG: Del Rey, 2003. p. 70

<sup>86</sup> NASCIMENTO, Tupinabá Miguel Castro do. **Comentários à Constituição Federal: Princípios Fundamentais artigos 1º a 4º**. Porto Alegre-RS: Livraria Advogados, 1997. p. 90

Segundo a obra Curso de Direito Constitucional do ilustre Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes:<sup>87</sup>

“[...] As normas infraconstitucionais surgem com a presunção de constitucionalidade. Daí que, se uma norma infraconstitucional, pelas peculiaridades da sua textura semântica, admite mais de um significado, sendo um deles harmônico com a Constituição e os demais com ela incompatíveis, deve-se entender que aquele é o sentido próprio da regra e, exame[...]”.

Esta regra se aplica as causas que versem sobre danos morais e sua indenização. Nos casos envolvendo tal tema, deve-se atentar aos princípios e normas constitucionais, buscar sempre uma interpretação que melhor se adéqua aos preceitos da Constituição e garantias constitucionais.<sup>88</sup>

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 trata de danos morais em seu Título II, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I, Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, mais especificamente e seu artigo 5º, V e X:<sup>89</sup>

“[...] Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Todavia, entretanto quando trata da indenização a título de dano moral a carta magna não impõe nenhuma tabela de valores ou qualquer tarifamento. Devido a Isto algumas leis infraconstitucionais, buscando evitar indenizações com valores ínfimos ou exorbitantes, instituíram uma margem de valores para as indenizações por danos morais.<sup>90</sup>

O Código Brasileiro de Telecomunicações em seu artigo 84 trouxe de forma expressa à tabela de valores a serem aplicados na indenização a título de danos morais.

---

<sup>87</sup>MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 110

<sup>88</sup>VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 300

<sup>89</sup>BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2013.

<sup>90</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p. 132-133

Todavia, entretanto, tal artigo foi Revogado pelo Decreto-lei nº 236, de 28.2.1967 e hoje não existe o tabelamento de valores a serem aplicados nas indenizações pelas ofensas aos direitos da personalidade.<sup>91</sup>

Outros exemplos de tabelamentos que ocorreram na legislação brasileira no decorrer de sua história são os artigos 51, 52 e 53 da Lei 5.250 de 1967, denominada Lei de Imprensa.<sup>92</sup>

O artigo 53 da referida lei já naquela época tratava de critérios a serem considerados pelos magistrados ao analisar a situação fática e fixar um valor de indenização a título de danos morais. Segundo Wesley de Oliveira o referido dispositivo do Código Brasileiro de Telecomunicações foi por muito tempo conjugado com o artigo 53 da Lei de

---

<sup>91</sup> **Art. 84** - Na estimação do dano moral, o Juiz terá em conta, notadamente, a posição social ou política do ofendido, a situação econômica do ofensor, a intensidade do ânimo de ofender, a gravidade e repercussão da ofensa.

**Parágrafo primeiro** - O montante da reparação terá o mínimo de 5 (cinco) e o máximo de 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

**Parágrafo segundo** - O valor da indenização será elevado ao dobro quando comprovada a reincidência do ofensor em ilícito contra a honra, seja por que meio for.

**Parágrafo terceiro** - A mesma agravação ocorrerá no caso de ser o ilícito contra a honra praticado no interesse de grupos econômicos ou visando a objetivos antinacionais.<sup>91</sup> (lei de Telecomunicações)

<sup>92</sup> **Art. 51.** A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia:

I - a 2 salários-mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, nos. II e IV).

II - a cinco salários-mínimos da região, nos casos de publicação ou transmissão que ofenda a dignidade ou decôro de alguém;

III - a 10 salários-mínimos da região, nos casos de imputação de fato ofensivo à reputação de alguém;

IV - a 20 salários-mínimos da região, nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1º)

Parágrafo único. Consideram-se jornalistas profissionais, para os efeitos deste artigo:

a) os jornalistas que mantêm relações de emprego com a empresa que explora o meio de informação ou divulgação ou que produz programas de radiodifusão;

b) os que, embora sem relação de emprego, produzem regularmente artigos ou programas publicados ou transmitidos;

c) o redator, o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico, a editor ou produtor de programa e o diretor referido na letra b, nº III, do artigo 9º, do permissionário ou concessionário de serviço de radiodifusão; e o gerente e o diretor da agência noticiosa.

**Art. 52.** A responsabilidade civil da empresa que explora o meio de informação ou divulgação é limitada a dez vezes importâncias referidas no artigo anterior, se resulta de ato culposo de algumas das pessoas referidas no art. 50.

Imprensa, que foi por ele comparada a espinha dorsal do Brasil nas reparações por danos morais.<sup>93</sup>

Segundo o artigo 53 da Lei 5.250 de 1967, denominada Lei de Imprensa:<sup>94</sup>

“[...] Art. 53. No arbitramento da indenização em reparação do dano moral, o juiz terá em conta, notadamente:

I - a intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido;

II - a intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica e sua condenação anterior em ação criminal ou cível fundada em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação;

III - a retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou cível, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, e a extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido”.

Em 28 de abril de 2004 o Superior Tribunal de Justiça editou a súmula 281<sup>95</sup>, que trata da indenização por dano moral. Esta afirma que a tarifação presente na lei de imprensa não se aplica as indenizações por dano moral. Posteriormente a referida Lei foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal.

Apesar de proibida a tarifação do valor correspondente à indenização por danos morais e de revogada a Lei de Imprensa, destaca-se no capítulo I da presente pesquisa, que os critérios estabelecidos no artigo 53 da referida lei ainda hoje são usados pela doutrina e jurisprudência para análise do caso concreto, sem que isso represente a não observação da Constituição Federal.<sup>96</sup>

Anderson Schreiber, estudioso do tema direitos da personalidade, afirma que a diferença entre direitos humanos, direitos fundamentais e direitos da personalidade de

---

<sup>93</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p. 141.

<sup>94</sup>BRASIL. *Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967*. Institui a Lei de Imprensa. Brasília, 1967. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/infograficos/2009/03/arq45fc47c34f81c.pdf>>. Acesso em: 3 de Abr. 2014.

<sup>95</sup>Súmula 281 do STJ: A indenização por dano moral não está sujeita à tarifação prevista na Lei de Imprensa.

<sup>96</sup>BRASIL. *Lei nº 5.250, de 09 de fevereiro de 1967*. Institui a Lei de Imprensa. Brasília, 1967. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/infograficos/2009/03/arq45fc47c34f81c.pdf>>. Acesso em: 3 de Abr. 2014.

acordo com o plano em que a personalidade se manifesta, porém todas estas contemplam atributos da personalidade humana e devem ter proteção jurídica.<sup>97</sup>

O doutrinador Orlando Gomes em seu livro *Introdução ao Direito Civil* fala que os direitos da personalidade são direitos essenciais à pessoa humana e o dano moral é a efetiva lesão causada a esta espécie de direito.<sup>98</sup>

Ainda nas palavras de Anderson Schreiber “[...] a expressão direitos da personalidade é empregada na alusão aos atributos humanos que exigem especial proteção no campo das relações privadas [...]”<sup>99</sup>

Elimar Szaniawski destaca que a legislação brasileira não constituiu clausula geral expressa para a tutela da personalidade. Todavia, entretanto os princípios constitucionais, principalmente o princípio da dignidade humana, reconhecem e tutelam a personalidade humana, funcionando como uma clausula geral de tutela.<sup>100</sup>

Sendo o direito da personalidade um direito constitucional fundamental, deve ser tutelado e protegido juridicamente. Como já trabalhado na presente pesquisa, as lesões a estes direitos essenciais à pessoa humana deve ser punido e a indenização fixada deve ser razoável e proporcional ao dano. Para tanto se torna essencial à estipulação de critérios a serem usados na fixação desta indenização, sem que estes acarretem em tarifação.<sup>101</sup>

Tarifa segundo de Plácido e Silva: “[...] Por vezes exprime o próprio valor estipulado, ou seja, o preço, ou a quantia anotada na tabela, ou na pauta, e que deve ser cobrada, quando ocorre fato em que é devida.”<sup>102</sup>

A de concluir que aceitar e utilizar critérios para a fixação da indenização por danos morais não significa tarifar, mas sim reconhecer precedentes históricos viáveis de serem aplicados nos dias de atuais, em conformidade com a Constituição Federal e que viabilizam uma indenização razoável e proporcional.

<sup>97</sup>SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. São Paulo :Atlas,2011. p. 13

<sup>98</sup>GOMES, Orlando. **Introdução ao Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forense,1983. p. 129

<sup>99</sup>SCHREIBER, Anderson. **Direitos da personalidade**. São Paulo :Atlas,2011. p. 13

<sup>100</sup>SZANIAWSKI, Eliamar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. 2. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 2005. p. 139.

<sup>101</sup>MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 168.

<sup>102</sup>SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico Conciso**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p. 709.



## 2.2 Proporcionalidade dos critérios da indenização por dano moral e o Código de Defesa do Consumidor

O Código de Defesa do Consumidor entrou em vigor no dia 11 de março de 1991 e representa um avanço na legislação brasileira. Este dispositivo legal faz valer a garantia constitucional da defesa do consumidor, presente no artigo 5º, XXXII da Constituição Federal.<sup>103</sup> Muitas das atuais demandas envolvendo direito do consumidor estão sendo discutidas pela primeira vez, dada a inovação que este código proporcionou.<sup>104</sup>

Com o advento do Código de Defesa do Consumidor a população consumerista brasileira vem cada vez mais ajuizando ações de danos morais pleiteando seus direitos e a justiça cada vez mais concedendo indenizações para a compensação pela lesão destes direitos subjetivos.<sup>105</sup>

Nas relações de consumo em regra a responsabilidade do fornecedor é objetiva e decorre ou da própria relação de consumo, ou das relações em que sejam considerados consumidores a sociedade ou ate mesmo o consumidor individual, mesmo que por equiparação.<sup>106</sup>

Nas palavras de Luiz Antonio “*após a Constituição Federal de 1988, não há mais que se falar em qualquer tarifação da indenização por danos morais, quer decorrente do Código Civil, quer decorrente de legislação extravagante*”<sup>107</sup> Como já fora trabalhado neste trabalho não que se falar em limitação da indenização a títulos de danos morais.<sup>108</sup>

---

<sup>103</sup> **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

<sup>104</sup> GULLO, Roberto Santiago Ferreira. **Tudo que você deve saber sobre relações de consumo**. Rio de Janeiro: Ltda. 2003, p.5

<sup>105</sup> SILVA, Américo Luís Martins da Silva. **Dano Moral e sua reparação Civil**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 2012. p. 483

<sup>106</sup> MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 70

<sup>107</sup> SACAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Obrigações, abordagem didática**, 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira., 2000. p. 253

<sup>108</sup> SACAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Obrigações, abordagem didática**, 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 253

O Código de Defesa do Consumidor em seu artigo 6, IV trouxe a previsão de reparação integral<sup>109</sup>. Este instituto se contrapõe ao sistema tarifado, uma vez que tarifar a indenização por danos morais, a nosso ver, inviabilizaria a reparação integral do dano moral. Isto, pois, ao se fixar valores pré-estabelecidos para as indenizações se impede o magistrado de levar em consideração aspectos peculiares de cada caso.<sup>110</sup>

Segundo Orlando Celso na obra *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor* “Ora, se há um **teto** indenizatório, ou seja, uma **tarifação**, é claro que se o dano efetivamente sofrido pelo consumidor ultrapassar o valor máximo indenizatório, a reparação **tarifada** não será integral, mas apenas parcial.”<sup>111</sup>

Um *quantum* razoável e proporcional à lesão causada pelo agente à vítima, que repare integralmente este dano, puna o agente, previna e desestimele este tipo de violação aos direitos da personalidade é ser objetivo a ser alcançado pela indenização a título de danos morais.<sup>112</sup>

Ao se aplicar a casos concretos o sistema tarifado, se limita o *quantum* indenizatório. Esta limitação pode acabar por mitigar a análise dos critérios que devem ser utilizados para se fixar o valor por danos morais impossibilitando assim o arbitramento de uma indenização justa, razoável e proporcional entre a lesão cometida e dano causado.<sup>113</sup>

O artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor, em seu inciso VI fala que a prevenção e reparação dos danos morais são direito do consumidor e o inciso VII deste mesmo artigo garante ao consumidor acesso aos órgãos judiciários e administrativos para buscar esta prevenção e reparação.<sup>114</sup>

---

<sup>109</sup>SILVA NETO, Orlando Celso da. **Comentários ao Código de Defesa do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 115

<sup>110</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p. 150

<sup>111</sup>SILVA NETO, Orlando Celso da. **Comentários ao Código de Defesa do consumidor**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 115-116

<sup>112</sup>SANTANA, Héctor Valverde. **Dano Moral no Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 187

<sup>113</sup>MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 165.

<sup>114</sup>**Art. 6º** São direitos básicos do consumido

VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos;

Uma vez ocorrido dano, no caso de o dano ser moral a vítima tem direito a compensação. O ideal seria que o ofendido fosse reparado de tal forma a retornar ao *status quo ante* e de forma extrajudicial, todavia, não sendo possível a vítima para ser compensada deve procurar o poder judiciário em busca da sua indenização.<sup>115</sup>

Importante destacar quando se fala em indenização por danos morais, principalmente em se tratando de direito do consumidor que esta obrigação nem sempre decorre de ilícito. Segundo Arthur Luis “[...] *falsa premissa de que o dever de indenizar pressupõe o ilícito quando, na verdade, a indenização do dano moral no direito do consumidor decorre da teoria do risco da atividade.*”<sup>116</sup>

Segundo Roberto Santiago Ferreira Gullo:<sup>117</sup>

“[...] A indenização por dano moral aplicada é uma evolução jurídica NO CAMPO da responsabilidade civil, pela valorização da *persona* de cada indivíduo, e a tutela estatal em nome da dignidade, honra, bem-estar e da própria valoração da qualidade de vida de cada um de nós, devendo ser criteriosamente analisada pelo Magistrado, em função da delicadeza do objeto da ação, considerando com o máximo de cuidado a extensão do dano, a sua intensidade, a personalidade da pessoa lesionada, sua valoração do dano, as consequências, a fim de se impor uma indenização justa, compensatória e equilibrada[...]”.

Existem três principais funções da indenização por danos morais, a função compensatória, a punitiva e a preventiva. O primeiro objetivo é a compensação pela efetiva lesão aos direitos subjetivos da pessoa que sofreu o dano, se busca atingir o alívio da vítima.<sup>118</sup>

Segundo o mestre em direitos difusos e coletivos Arthur Luis Mendonça Rollo “*Não há duvida de que a indenização por dano moral, proporcionando conforto à*

VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados;

<sup>115</sup>CASILLO, João. **Dano a pessoa e sua indenização**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. p. 77-79.

<sup>116</sup>ROLLO, Arthur Luis Mendonça. **Responsabilidade Civil e práticas abusivas nas relações de consumo**: Dano moral e punitive damages nas relações de consumo: distinções institucionais entre consumidores. São Paulo: Atlas, 2011. p. 61

<sup>117</sup>GULLO, Roberto Santiago Ferreira. **Tudo que você deve saber sobre relações de consumo**. Rio de Janeiro: Ltda, 2003 p.167

<sup>118</sup>SANTANA, Heron José. **Responsabilidade Civil por dano Moral ao consumidor**. Belo Horizonte: Nova Alvorada Ltda, 1997. p. 65

*vítima, alivia seu sofrimento. A dor em si não é indenizável, mas existem formas de amenizá-la, como através do conforto patrimonial”.*<sup>119</sup>

A função denominada punitiva da indenização do dano moral, como já foi discutida anteriormente neste trabalho, é considerada secundária. Nas palavras do doutrinador Cavalieri “[...] entende que a reparação pelo dano moral tem também natureza de pena privada. É a justa punição contra aquele que atenta contra a honra, o nome ou imagem de outrem, pena, esta, que deve reverter em favor da vítima”<sup>120</sup>

Uma terceira função que deve cumprir a indenização por danos morais é a prevenção. Segundo Héctor Valverde “*Considera-se como aspecto intimidativo e desestimulador de futuras violações de direitos da personalidade, em que se busca evitar condutas semelhantes de outros integrantes da coletividade.*”<sup>121</sup>

A de se perceber pelo exposto até o momento que as três principais funções da indenização por danos morais, apresentadas neste trabalho anteriormente, deverão sempre ser observadas inclusive nas demandas envolvendo lesão aos direitos subjetivos do consumidor, a fim de proteger os direitos subjetivos destes<sup>122</sup>.

Como já se viu anteriormente neste trabalho, vários são os critérios elencados pela doutrina a serem considerados pelo Magistrado no momento da fixação do *quantum* a título de danos morais.<sup>123</sup> Porém a presente pesquisa foca em três critérios, os quais acredita ser de extrema relevância para alcançar uma indenização justa, razoável e proporcional. São estes a condição socioeconômica do ofensor e do ofendido e a extensão do dano.

A extensão do dano é um critério, que não causa grandes discussões quanto a sua aplicação, uma vez que o artigo 944 do Código Civil brasileiro fala que a indenização

---

<sup>119</sup> ROLLO, Arthur Luis Mendonça. **Responsabilidade Civil e práticas abusivas nas relações de consumo**: dano moral e punitive damages nas relações de consumo: distinções institucionais entre consumidores. São Paulo: Atlas, 2011. p. 63

<sup>120</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11. ed. São Paulo- SP: Atlas S.A., 2014. p.126

<sup>121</sup> SANTANA, Héctor Valverde. **Dano Moral no Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 197-198

<sup>122</sup> CAVALIERI Filho, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11.ed. São Paulo-SP: Atlas S.A, 2014. p.125

<sup>123</sup> BERNARDO, Wesley. **Dano Moral**: Critérios de Fixação de Valor. São Paulo: Renovar, 2005. p. 151

deverá ser medida pela extensão do dano causado a vítima.<sup>124</sup> Importante frisar que este critério não busca a equivalência exata, segundo Wesley de Oliveira “[...] o que se busca é compensar lesões a bens não economicamente mensuráveis”.<sup>125</sup>

Os critérios da condição socioeconômica da vítima e do ofensor causam divergência na doutrina, parte desta entende que se deve desconsiderar a condição socioeconômica da vítima e outra acredita que se deve desconsiderar as condições socioeconômicas do ofensor.<sup>126</sup>

A parte da doutrina que defende a não utilização do critério socioeconômico do ofensor, o faz sobre o argumento de que se este for levado em consideração haverá uma exacerbação no valor da indenização e como consequência disto, a entrega de um valor a título de indenização a vítima maior do que o justo.<sup>127</sup>

Outra discussão gira em torno da não utilização do critério da condição socioeconômica da vítima. Parte da doutrina acredita o referido critério não deve ser usado. Segundo Héctor Valverde “[...] a quantificação do dano moral pela diferença de porte econômico da vítima seria conduzir a questão a ponto de torna-la insustentável.”<sup>128</sup>

Apesar de bem construídos tais argumentos a presente pesquisa decorda dos mesmos. Acredita-se que a análise pelo Magistrado tanto do critério socioeconômico do ofensor como o do ofendido são essenciais para a fixação de um quantum indenizatório justo, razoável e proporcional.

Segundo Arthur Luis Mendonça Rollo:<sup>129</sup>

“ [...] As situações econômicas do ofensor e do ofendido devem ser consideradas sempre. Ora, se o objetivo da indenização é proporcionar

<sup>124</sup> Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

<sup>125</sup> BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p.165

<sup>126</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11. ed. São Paulo- SP: Atlas S.A., 2014. p.125

<sup>127</sup> BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p.182

<sup>128</sup> SANTANA, Héctor Valverde. **Dano Moral no Direito do Consumidor**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 229

<sup>129</sup> ROLLO, Arthur Luis Mendonça. **Responsabilidade Civil e práticas abusivas nas relações de consumo: dano moral e punitive damages nas relações de consumo: distinções institucionais entre consumidores**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 65

conforto ao ofendido, deve ser compatível com sua situação econômica, posto que o padrão de conforto varie de acordo com o patamar social. Da mesma forma, também é objetivo da indenização do dano extrapatrimonial punir o ofensor. Essa punição só acontecerá se o valor fixado doer no bolso daquele que praticou o ato, pois, do contrário, será absorvida pelo risco da atividade”.

A utilização dos referidos critérios, dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação do valor da indenização por dano moral tem por principais objetivos chegar a um *quantum* justo para cada caso em concreto e evitar o enriquecimento sem causa. No ramo do direito do consumidor também se aplica este entendimento.<sup>130</sup>

O artigo 170, da Constituição Federal fala dos princípios Gerais da atividade econômica, que devem ser sempre observados. Dentre estes se destaca o princípio da defesa do consumidor, presente no inciso V<sup>131</sup> deste dispositivo e no artigo 1º do Código de Defesa do Consumidor.<sup>132</sup>

Existem vários outros princípios de direito do consumidor, dentre estes o do protecionismo do consumidor, vulnerabilidade do consumidor e o da hipossuficiência do consumidor. Ao estudá-los podemos perceber que eles tem por finalidade acabar com a desigualdade existente na relação entre consumidores e fornecedores.<sup>133</sup>

Existe uma ponderação entre proteção ao consumidor vulnerável e a não limitação à livre iniciativa do fornecedor, uma vez que estes institutos estão previstos em lei e os dois coexistem para que haja equilíbrio nas relações de consumo.

Nas palavras de Arthur Luis Mendonça Rollo:<sup>134</sup>

---

<sup>130</sup> BERNARDO, Wesley. **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p. 184.

<sup>131</sup> Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

V - defesa do consumidor;

<sup>132</sup> Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

<sup>133</sup> TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito do Consumidor: direito material e processual**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 29-34

<sup>134</sup> ROLLO, Arthur Luis Mendonça. **Responsabilidade Civil e práticas abusivas nas relações de consumo: dano moral e punitive damages nas relações de consumo: distinções institucionais entre consumidores**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 65

“[...] Não se pode, nosso ver, chamar de “sem causa” o enriquecimento decorrente da compensação do dano moral. Esta compensação, todavia, deve encontrar uma justa medida, sob pena de levar demasiado enriquecimento do ofendido e à extremada punição do ofensor”.

Importante destacar que uma eventual indenização por dano moral abusiva que promova o enriquecimento sem causa acaba com este equilíbrio entre os princípios mencionados. Devido a isto é necessário que o magistrado no momento de arbitrar o *quantum* indenizatório sempre deve buscar uma proporcionalidade entre o dano e a efetiva lesão.<sup>135</sup>

### ***2.3 Proporcionalidades dos critérios da indenização por dano moral e o Código Civil de 1916***

O Código Civil brasileiro de 2002 entrou em vigor no dia 11 de janeiro de 2003 e tem como princípios filosóficos a socialidade, eticidade e operabilidade. Evitar o excesso de formalismo, fazer valer a prevalência do coletivo e social, dar efetividade às normas são características que estão presentes no novo Código e representam grande evolução no direito civil.<sup>136</sup>

O novo Código Civil de 2002 garante a proteção dos direitos da personalidade e a integridade moral dos indivíduos. Segundo Washinton de Barros “[...] tais direitos são inumeráveis, dinâmicos, variáveis no tempo e no espaço ”.<sup>137</sup>

Como já trabalhado no presente texto quando há uma lesão aos direitos subjetivos de uma pessoa, esta deve invocar a tutela e garantias concedidas a ela pela Carta Magna e pelas demais leis, como exemplo, o Código Civil, e pedir a compensação pelo dano causado. Está compensação é feita através de uma indenização fixada pelo juiz.<sup>138</sup>

---

<sup>135</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11. ed. São Paulo -SP: Atlas S.A., 2014. p.122

<sup>136</sup> NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. p.41

<sup>137</sup> MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: parte geral**. 44. ed. São Paulo. Saraiva 2012. p. 107

<sup>138</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2013.

O Código Civil de 2002 não traz em seu corpo nenhuma regra específica que represente a tarifação da indenização a título de danos morais. Nas palavras de Nehemias Domingos de Melo:<sup>139</sup>

“[...] Diversos autores, e mesmo a jurisprudência, vem se firmando no sentido de que as limitações constantes em tratado (exemplo o de Varsóvia) e mesmo em leis infraconstitucionais (a exemplo da Lei de Imprensa) foram derogados com a entrada em vigor da Carta Constitucional de 1988.

A constituição de 1988 representou grande inovação garantindo a tutela dos direitos da personalidade. Uma vez lesado o direito subjetivo de um indivíduo este tem o direito a ser compensado, isto acontece através da indenização. Segundo Cavalieri “[...] *A Constituição criou um sistema geral de indenização por dano moral decorrente de violação dos agasalhados direitos subjetivos privados.*”<sup>140</sup>

Seguindo ainda a mesma linha do raciocínio sobre a indenização a título de dano moral do professor, o Código civil, que é a lei geral de direito civil no Brasil, deve regular as regras sobre este tema. Nas palavras dele “*E nessa medida, submeteu a indenização por dano moral ao direito civil comum, e não a qualquer lei especial*”.<sup>141</sup>

A indenização por dano moral deve compensar a vítima pela lesão por ela sofrida de forma razoável e proporcional. O princípio da razoabilidade e proporcionalidade devem sempre ser observados pelo magistrado, principalmente no momento em que este for arbitrar o *quantum debeatur* da indenização por dano moral. Caso isto não ocorra teremos uma indenização injusta e sem a devida proporcionalidade entre o dano e a lesão.<sup>142</sup>

Segundo Cavalieri, “*Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado: que guarda certa proporcionalidade. Enfim, razoável é aquilo que é, ao mesmo tempo, adequado, necessário e proporcional*”<sup>143</sup> Para se alcançar a proporcionalidade e a

<sup>139</sup>MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do *Quantum***. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004, p. 165

<sup>140</sup>CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo -SP: Atlas, 2014. p. 124

<sup>141</sup>CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo -SP: Atlas, 2014. p. 124

<sup>142</sup>VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas 2010. p. 339

<sup>143</sup>CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo -SP: Atlas, 2014. p.125



razoabilidade o magistrado no momento de arbitrar a o valor da indenização deve analisar com cautela as características de cada caso concreto.<sup>144</sup>

Existiram na legislação brasileira vários dispositivos, que estabeleciam critérios a serem analisados na quantificação da indenização por danos morais, exemplo disto é a lei de imprensa, revogada em 2009. Nas palavras de Sergio Cavalieri Filho *“Antes da Constituição de 1988 vários dispositivos legais estabeleciam critérios para a quantificação do dano moral.”*<sup>145</sup>

Atualmente, como não existem critérios taxativos, obrigatórios, a doutrina e jurisprudência vêm discutindo os elementos de maior importância e necessária análise para a fixação de uma indenização a título de dano moral razoável e proporcional. Helena Helias destaca em sua obra *Dano Moral na jurisprudência do STJ “o porte econômico do ofendido e do ofensor tem sido, reiteradamente, considerado como critério orientador do arbitramento judicial do valor da reparação por dano moral.”*<sup>146</sup>

Estes critérios somados ao da extensão do dano sempre deverão ser considerados pelo magistrado na análise do caso concreto e devidamente fundamentados em sentença com o fim de se fixar um valor indenizatório proporcional, razoável e justo. Desta forma combateremos o enriquecimento sem causa, teremos segurança jurídica, decisões mais robustas e bem fundamentadas.<sup>147</sup>

Os mencionados critérios influenciam também a função preponderante da indenização fixada, podendo ser esta compensatória ou punitiva. O valor fixado sempre terá um caráter pedagógico e preventivo, porém a preponderância do caráter compensatório ou punitivo pode e deve oscilar, uma vez que o quantum fixado pode ter como principal objetivo compensar a vítima ou punir o agente do dano para que o agente não o repita.<sup>148</sup>

---

<sup>144</sup> BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p.164

<sup>145</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo -SP: Atlas, 2014. p.124

<sup>146</sup> ELIAS, Helena. **O Dano Moral: Na Jurisprudência do STJ**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004. p.146-147

<sup>147</sup> MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 167

<sup>148</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas 2010. p. 340

Segundo Wesley de Oliveira Louzada Bernardo:<sup>149</sup>

“ [...] Se não levará à uniformidade perfeita perseguida por aqueles que defendem o tabelamento, em diversas espécies, a razoabilidade, associada à dignidade da pessoa humana, como princípios condutores da concessão das reparações de dano extrapatrimonial pode ser a grande chave para a fixação do caráter científico do tema [...]”.

Como é possível perceber pelas palavras do professor Wesley, a depender dos critérios a serem utilizados pelo magistrado na análise do caso concreto de dano extrapatrimonial, estes poderão influenciar o critério científico aplicado. Importante se faz sempre buscar a razoabilidade e proporcionalidade como condutores desta análise.

Existe uma divergência doutrinária quanto ao posicionamento que considera sinônimos o enriquecimento sem causa e o ilícito. Parte da doutrina entende que existe diferença entre estes dois, segundo o Agostinho Alvim o enriquecimento sem causa “[...] *que se extrema do enriquecimento ilícito, o qual é figura específica do direito administrativo*”.<sup>150</sup>

Quando se fala em danos morais existe a preocupação de a indenização para que a compensação da vítima não seja irrisório ou exorbitante a ponto de provocar o enriquecimento sem causa desta e o empobrecimento injusto do agente causador da lesão.<sup>151</sup>

O atual Código Civil brasileiro em seus artigos, a seguir analisados, acompanha a evolução trazida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no que tange a proteção e garantia dos direitos fundamentais e da personalidade. Exemplo disto é declarar ilícita a violação destes direitos no artigo 186 deste mesmo código.

Segundo o artigo 186 do Código Civil Brasileiro de 2002:<sup>152</sup>

“[...] Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

<sup>149</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p.193

<sup>150</sup>NANNI, Giovane Ettore. **Enriquecimento sem causa**. São Paulo: Saraiva, 2004. p.100

<sup>151</sup>MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 170-171

<sup>152</sup>BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 21 Maio. 2014.

Atualmente, está pacificado que ao dano moral cabe indenização. Segundo Venosa “Se, até 1988, quando da vigente Constituição, a discussão era indenizar ou não o dano moral, a partir de então a óptica desloca-se para os limites e formas de indenização [...]”<sup>153</sup>

O título XI do Código Civil brasileiro dispõe sobre as regras de responsabilidade civil, especificamente o capítulo II deste título trata da indenização nos artigos 944 ao 954. A indenização é um direito para aquele que foi lesado e um dever para aquele que causou dano.<sup>154</sup>

O artigo 944 do Código Civil fala que a indenização deve ser medida proporcionalmente à extensão do dano.<sup>155</sup> Porém como o dano moral decorre de uma lesão aos direitos subjetivos da vítima, medir a extensão do dano torna-se algo extremamente difícil.<sup>156</sup>

Devido a isto, a inexistência de dispositivo legal que estabeleça limites específicos para a indenização por dano moral, a súmula 281 do STJ e a visão majoritária contra a tarifação do *quantum debeatur*, torna-se imprescindível para que o valor arbitrado pelo juiz seja justo, razoável e proporcional à utilização dos critérios da condição socioeconômica da vítima e do ofensor, bem como a extensão do dano na fundamentação da sentença.<sup>157</sup>

Por fim, o ordenamento jurídico impõe ao julgador aplicar o critério proporcional na dosagem da indenização para o dano moral ao invés de tarifa-la. É preciso pontuar com destaque a mobilidade na hora de se quantificar a indenização. Ora, deve preponderar o critério punitivo, ora deve preponderar o critério compensatório. Cumpre ao

---

<sup>153</sup>VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade civil**. 10. ed. São Paulo: Atlas 2010. p. 339

<sup>154</sup>BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 21 Maio. 2014.

<sup>155</sup>**Art. 944.** A indenização mede-se pela extensão do dano. Brasil,

<sup>156</sup>ELIAS, Helena. **O Dano Moral: Na Jurisprudência do STJ**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004. p.146

<sup>157</sup>MELO, Nehemias: **Dano Moral: Problemática: Do Cabimento à Fixação do Quantum**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004. p. 172

juiz deixar, portanto, qual o critério adotado, a fim de se cumprir efetivamente o princípio constitucional da fundamentação da sentença, presente no artigo 93. IX da carta magna<sup>158</sup>.

---

<sup>158</sup> Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

IX todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

### 3 FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DA APLICAÇÃO DO DANO MORAL NAS INDENIZAÇÕES JUDICIAIS

No terceiro e último capítulo deste trabalho analisaremos o posicionamento da jurisprudência brasileira quanto aos critérios utilizados para a análise das peculiaridades dos casos concretos e motivação das decisões judiciais que fixam um *quantum debeatur*. Destacaremos principalmente alguns julgados do Superior tribunal de Justiça, que nestes casos, é quem tem a competência para dar a última palavra sobre indenizações exorbitante ou irrisórias.

#### 3.1 *Jurisprudência Favorável à fundamentação de critérios doutrinários na indenização moral*

A jurisprudência brasileira está utilizando os critérios doutrinários de aplicação do dano moral na fundamentação das decisões judiciais, porém estes elementos não tem caráter obrigatório. Neste capítulo serão tratadas as motivações de julgados do Tribunal de Justiça do Paraná e do Superior Tribunal de justiça a fundamentação da extensão do dano do caráter socioeconômico do ofensor e do ofendido, com a finalidade de demonstrar que a motivação destes evita a arbitrariedade nas decisões judiciais e o enriquecimento ilícito

##### 3.1.1 Dados do julgado: Apelação Cível nº 3857485-PR

BRASIL – Tribunal de Justiça do Paraná. Apelação Cível, AC número 3857485, PR 0385748-5, 8º Câmara Cível. Relator Carvilho de Silveira Filho. DJE – 19 out. 2006.

“AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PROCEDÊNCIA - APELAÇÃO - **PEDIDO DE AUMENTO DO QUANTUM FIXADO E DE QUE A CORREÇÃO MONETÁRIA SE FAÇA PELA MÉDIA DO INPC-IGP/DI - REPARAÇÃO DOS DANOS EXTRAPATRIMONIAIS EM VALOR IRRISÓRIO - NECESSIDADE DE AUMENTO - NECESSIDADE DE QUE A CORREÇÃO MONETÁRIA SEJA EFETUADA, COMO DITO NA SENTENÇA, PELO INPC, POR SER O ÍNDICE QUE MELHOR REFLETE A EFETIVA DESVALORIZAÇÃO DA MOEDA - RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.** Em se tratando de indenização por danos morais, o julgador deve evitar que o montante arbitrado seja irrisório, para não incentivar a displicência com os clientes, mas também deve impedir o enriquecimento sem causa da apelada, bem como

a promoção da indústria das indenizações, mantendo, assim, **o cunho reparatório e sancionatório da condenação.**” (grifei) <sup>159</sup>

O referido acórdão trata-se decisão para uma apelação à sentença proferida pela 22ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, onde é apelante Fernando da Silva e apelada Brasil Telecom S/A –Telepar Brasil Telecom. <sup>160</sup>

O processo trata de ação de danos morais contra a já mencionada empresa, já que o consumidor viu seu direito subjetivo lesado e sua honra afetada em razão da má prestação de serviços da empresa em questão. <sup>161</sup>

A sentença de primeiro grau julgou parcialmente procedente o pedido, para condenar a Brasil Telecom S/A –Telepar Brasil Telecom ao pagamento de R\$3.000 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de mora e devida atualização monetária. <sup>162</sup>

A referida empresa, inconformada com a decisão de primeiro grau, interpôs recurso de apelação, que tramitou e foi julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cujo, relator era o desembargador Carvilho de Silveira Filho. <sup>163</sup>

O recurso de apelação foi julgado em primeiro de outubro de dois mil e nove. Por unanimidade, os desembargadores da referida câmara decidirão pelo aumento do valor da indenização a título de danos morais, que passou de R\$3.000 (três mil reais) para R\$6.000 (seis mil reais). <sup>164</sup>

---

<sup>159</sup> BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. Ação de indenização por danos morais. TJPR - Ac. 3633 - 14.ªCCv. - Rel. Fernando Wolff Bodziak - DJ de 19/5/2006 TJ-PR, Relator: Carvilho da Silveira Filho, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8ª Câmara Cível

<sup>160</sup> BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. Ação de indenização por danos morais. TJPR - Ac. 3633 - 14.ªCCv. - Rel. Fernando Wolff Bodziak - DJ de 19/5/2006 TJ-PR, Relator: Carvilho da Silveira Filho, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8ª Câmara Cível

<sup>161</sup> BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. Ação de indenização por danos morais. TJPR - Ac. 3633 - 14.ªCCv. - Rel. Fernando Wolff Bodziak - DJ de 19/5/2006 TJ-PR, Relator: Carvilho da Silveira Filho, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8ª Câmara Cível

<sup>162</sup> BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. Ação de indenização por danos morais. TJPR - Ac. 3633 - 14.ªCCv. - Rel. Fernando Wolff Bodziak - DJ de 19/5/2006 TJ-PR, Relator: Carvilho da Silveira Filho, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8ª Câmara Cível

<sup>163</sup> BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. Ação de indenização por danos morais. TJPR - Ac. 3633 - 14.ªCCv. - Rel. Fernando Wolff Bodziak - DJ de 19/5/2006 TJ-PR, Relator: Carvilho da Silveira Filho, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8ª Câmara Cível

<sup>164</sup> BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. Ação de indenização por danos morais. TJPR - Ac. 3633 - 14.ªCCv. - Rel. Fernando Wolff Bodziak - DJ de 19/5/2006 TJ-PR, Relator: Carvilho da Silveira Filho, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8ª Câmara Cível

O artigo 93, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, já reiteradamente citado neste trabalho, trata expressamente do princípio da motivação das decisões judiciais. As sentenças devem ser devidamente motivadas ou poderão ser anuladas.<sup>165</sup>

Uma sentença pode ser dividida em três partes, sendo este relatório, fundamentação e dispositivo.<sup>166</sup> O relatório é um resumo do caso e dos acontecimentos até aquele momento, a fundamentação é a parte em que o magistrado expõe os argumentos nos quais se baseou para tomos a decisão<sup>167</sup>. Segundo Theodoro Júnior “*O dispositivo ou conclusão é o fecho da sentença. Nele contém a decisão da causa.*”<sup>168</sup>

A sentença como um todo é o momento mais aguardado do processo, porém a parte denominada fundamentação tem extrema importância, uma vez que esta explicará o porquê de a decisão ser naquele sentido e não em outro. Nas palavras de Arruda Alvim “*Justamente porque o juiz não decide arbitrariamente – em função de sua mera vontade – é que deve constar expressa e explicitamente da sentença a sua fundamentação*”.<sup>169</sup>

Nos casos das sentenças que decidem as causas de dano moral, estabelecem se há ou não indenização e o valor desta, a fundamentação se mostra como parte especialmente relevante, uma vez que explica, quais os critérios foram utilizados pelo magistrado para arbitrar o *quantum indenizatório*.<sup>170</sup>

---

<sup>165</sup> **Art. 93.** Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

**IX** todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

<sup>166</sup> Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.

<sup>167</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil** : Teoria Geral do Processo e do Processo de conhecimento. 14. ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p.638

<sup>168</sup> THEODORO JÚNIOR , Humberto. **Curso de direito processual civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2011. p. 515

<sup>169</sup> ALVIM, Arruda. **Manual de Direito processual Civil**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 1133

<sup>170</sup> BERNARDO, Wesley. **Dano Moral**: Critérios de Fixação de Valor. São Paulo: Renovar, 2005. p.192

Como foi visto no Capítulo I, são inúmeros os critérios utilizados pelo juiz na motivação do valor por ele fixado a título de indenização por dano moral. Todavia, condição socioeconômica do ofensor e da vítima são critérios doutrinários extremamente relevantes e que vem sendo muito utilizados pelos magistrados para estabelecer um valor justo para a indenização.<sup>171</sup>

Exemplo da utilização dos referidos critérios é o acórdão analisado, em que o Relator Carvilho de Silveira ao motivar a decisão usa estes como fundamento para aumentar para o dobro do valor arbitrado na sentença de primeiro grau o *quantum* indenizatório.<sup>172</sup>

Cabe destacar que todos os desembargadores da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná acompanharam o voto do relator bem como os fundamentos por ele utilizados para alterar a indenização de R\$3.000 (três mil reais) para R\$6.000 (seis mil reais).<sup>173</sup>

Resta demonstrado, que os critérios doutrinários, denominados condição socioeconômica do ofensor e condição socioeconômica da vítima são utilizados na análise do caso concreto de dano moral pelos juízes e são argumentos de fundamentação nas decisões judiciais que estabelecem as respectivas indenizações.

### 3.1.2 Dados do julgado: Recurso Especial nº 1395250

BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrigli. DJE – 21 nov. 2013.

#### **EMENTA**

CIVIL E PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL.

ACIDENTE FERROVIÁRIO. MORTE. **QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIOS. MAJORAÇÃO.**

1. Ação ajuizada em 13.05.2008. Recurso especial concluso ao gabinete da Relatora em 08.08.2013.

2. **Recurso especial em que se discute a razoabilidade do valor arbitrado a título de danos morais.**

3. O valor da indenização por danos morais somente comporta revisão em sede de recurso especial nas hipóteses em que se mostra ínfimo ou

<sup>171</sup>CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo -SP: Atlas, 2014. p.108

<sup>172</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrigli. DJE – 21 nov. 2013

<sup>173</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrigli. DJE – 21 nov. 2013



exagerado, sob pena de restar caracterizado afronta ao enunciado nº 07 da Súmula/STJ. Precedentes.

4. Em acidente ferroviário do qual resulta a morte do pai do autor por culpa exclusiva da empresa operadora do trem, afigura-se razoável a fixação de indenização no valor de R\$200.000,00. Montante arbitrado com base no método bifásico, por meio do qual se estabelece primeiro um valor básico de indenização, considerando o interesse.

Jurídico lesado, para somente então se chegar a um montante definitivo, mediante a justes que refletem as peculiaridades do caso.

5. Recurso especial provido. (grifei)

No referido acórdão trata-se de um Recurso Especial à decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em que é recorrente Ânderson Brito de Assis e relatora a Ministra Nancy Andrighi.<sup>174</sup>

O processo trata de ação de indenização por danos morais contra a Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU. Danos estes decorrentes do falecimento do pai do autor, devido à falha técnica na porta do trem operado e de responsabilidade da empresa ré.<sup>175</sup>

Em sentença de primeiro grau julgou o juiz o processo com fulcro no artigo 267, I do Código de Processo Civil, sem a análise do mérito, acolhendo a alegação de prescrição.<sup>176</sup>

A recorrente, inconformada com a decisão de primeiro grau, interpôs recurso de apelação, pleiteando o afastamento da prescrição. O tribunal, com base na teoria da causa madura condenou a recorrida ao pagamento de indenização por danos moral fixada em R\$15.000,00.<sup>177</sup>

---

<sup>174</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>175</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>176</sup> Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: (Redação dada pela Lei nº 11.232, de 2005)

I - quando o juiz indeferir a petição inicial

<sup>177</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

Embargos de declaração foram interpostos pela recorrida e rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O referido Recurso Especial, sob a alegação de dissídio jurisprudencial, pleiteou a aumento do valor fixado à indenização de danos morais.<sup>178</sup>

Por unanimidade os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça deram provimento ao pedido e majoraram o *quantum* da indenização a título de danos morais de R\$15.000,00 (quinze mil reais) para R\$200.000,00 (duzentos mil reais).<sup>179</sup>

O Superior Tribunal de Justiça declarou através da súmula número 281 que “A indenização por dano moral não esta sujeita à tarifamento prevista na lei de Imprensa”.<sup>180</sup> Posteriormente, em 30 de abril de 2009, esta lei foi revogada pelo Supremo Tribunal Federal e junto com ela o sistema tarifado.<sup>181</sup>

A doutrina majoritária também defende o não tarifamento dos valores fixados nas indenizações de dano moral. Nas palavras do doutrinador Cavalieri “*Estou convencido, todavia, de que não há mais nenhum limite legal prefixado, nenhuma tabela ou tarifa a ser observada pelo juiz, mormente após a Constituição de 1988*”<sup>182</sup>.

Destaca-se no voto da Ministra Nancy Andrighi o seguinte trecho:

“[...] Evidentemente, trata-se apenas de um parâmetro a ser observado no julgamento específico de cada caso e não uma regra absoluta, que implicaria inaceitável tarifamento da indenização, violando o princípio da reparação integral”.<sup>183</sup>

Em seu voto, a Relatora do acórdão em análise usa como fundamento, para análise da razoabilidade do valor da indenização fixado, estudos feitos em acórdãos do Superior Tribunal de Justiça. Estes concluem que a referida corte para casos de danos extrapatrimoniais ligados ao evento morte, vem fixando o quanto deste tipo de indenização em trezentos e quinhentos salários mínimos.<sup>184</sup>

---

<sup>178</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>179</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>180</sup> Súmula 281 STJ

<sup>181</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>182</sup> CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo -SP: Atlas, 2014. p.130

<sup>183</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>184</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

Como se observa no trecho em destaque, a Ministra Nancy, mesmo citando os referidos estudos em seu voto, deixa claro que utilizara-los não significa que exista um tarifamento, mas apenas um parâmetro, podendo este ser observado. Ela fala ainda, que o tarifamento dos valores indenizatórios acarreta uma violação ao princípio da reparação integral, desta forma aplica a lei ao caso concreto e confirma a posição da doutrina majoritária.<sup>185</sup>

Ainda fundamentando com base no princípio da razoabilidade, a Relatora destaca a importância de se considerar as peculiaridades do caso e cita como exemplo: “[...] *repercussão social, a culpabilidade do autor do dano, a intensidade do sofrimento da vítima, a situação sócio econômica do responsável, entre outros que se relevantes para a espécie*”.<sup>186</sup>

Desprende do trecho citado no parágrafo anterior, que fixar uma indenização razoável às demandas de dano moral significa analisar os detalhes de cada caso.<sup>187</sup> Nesta mesma linha de raciocínio, Venosa fala que “*Em cada caso, deve ser aferido o conceito de razoabilidade.*”<sup>188</sup>. Para auxiliar nesta análise caso a caso são utilizados critérios doutrinários e dentre estes estão à condição socioeconômica do ofensor e da vítima.<sup>189</sup>

Neste trecho que segue destacado a Ministra fundamenta a condição socioeconômica do ofensor deste processo “*A condição econômica da recorrida, Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU é notória, não merecendo maiores considerações.*”<sup>190</sup>. É razoável concluir que sendo o ofensor a referida empresa, esta tem condições de pagar uma indenização capaz de ressarcir, de fato, as vítimas e para ser punida ao ponto de tomar precauções para que não haja mais acidentes o *quantum debeatur* deve ser maior.<sup>191</sup>

Como nota-se uma sentença em que a fundamentação dos critérios é clara não há margem para se pensar em arbitrariedade. Maria Celina ao escrever sobre tais critérios

---

<sup>185</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>186</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>187</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>188</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Responsabilidade Civil . volume 4, 14 edição .Atlas , 2014 São Paulo P335

<sup>189</sup> BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor.** São Paulo: Renovar, 2005. p.191

<sup>190</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

<sup>191</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

observa que devem estes “*ser sempre explicitados, de modo a fundamentar adequadamente a decisão e, assim, garantir o controle da racionalidade da sentença. Esta é a linha que separa o arbitramento da arbitrariedade.*”<sup>192</sup>

Destaca-se também, como abordado no capítulo II deste trabalho, que dependendo dos critérios utilizados na análise do caso em concreto se estabelece o caráter preponderante da decisão, podendo ser este punitivo ou compensatório.<sup>193</sup> Uma vez claro e motivado através dos critérios o caráter prevalecente, o valor fixado é devidamente fundamentado reduzem-se, ou até extinguem-se as discussões sobre o *quantum* fixado gerar enriquecimento sem causa.<sup>194</sup>

É fundamental para uma sentença justa e bem fundamentada um relatório completo, um dispositivo que resolva o mérito e uma motivação clara, que explique quais os critérios utilizados. Segundo Bodim “[...] *espera-se, ao menos, conhecer a justificação da avaliação feita pelo juiz, ter acesso à explicitação, na motivação da decisão, do critério que ele considerou prevalecente no caso concreto*”.<sup>195</sup>

Pelo exposto é possível perceber que não existe tarifamento algum para as indenizações por dano moral, que para fixar um valor razoável é necessário observar as peculiaridades de cada caso e para tanto são utilizados os critérios doutrinários da condição socioeconômica da vítima e do ofensor.

Entende-se também que a inobservância destes critérios, bem como a não fundamentação dos mesmos acarreta um abstracionismo e arbitrariedade nas sentenças, gera dúvida sobre qual o caráter da indenização prevalece se o punitivo ou o compensatório e se o valor pode ou não gerar enriquecimento ilícito.

---

<sup>192</sup>MORAES, Maria Celina Bodim de. **Danos à Pessoa Humana:** Uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p.270

<sup>193</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral:** Critérios de Fixação de Valor. São Paulo: Renovar, 2005. p.193

<sup>194</sup>BERNARDO, Wesley: **Dano Moral:** Critérios de Fixação de Valor. São Paulo: Renovar, 2005. p.195

<sup>195</sup>MORAES, Maria Celina Bodim de. **Danos à Pessoa Humana:** Uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p.271

### ***3.2 Jurisprudências Desfavoráveis à fundamentação de critérios doutrinários na fixação da indenização moral***

#### ***3.2.1 Dados do julgado: Recurso Especial nº 20060053110-7***

BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. **DANOS MORAIS** E MATERIAIS. SÓCIO DE CLUBE ATINGIDO POR PROJÉTEIS DE ARMA DEFOGO DISPARADOS POR SEGURANÇA CONTRATADO PELO CLUBE. LESÕES CORPORAIS. **QUANTIFICAÇÃO DO DANO. EXORBITÂNCIA OU IRRISORIEDADE DO VALOR. NÃO CONFIGURADAS. CRITÉRIOS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.** CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. SÚMULA N. 362 DO STJ. DEDUÇÃO DAS DESPESAS PAGAS POR SEGURO DE SAÚDE DO VALOR DA CONDENAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. RESSARCIMENTO DOS LUCROS CESSANTES (ART. 1.059 DO CC/1916). SÚMULA N. 7/STJ. RESSARCIMENTO EM DOBRO DOS LUCROS CESSANTES E DESPESAS MÉDICAS (ART. 1.538, § 1º, DO CC/1916). AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ.

1. A revisão do quantum arbitrado a título de dano moral revela-se, Em princípio, inviável em sede de recurso especial, em virtude do óbice erigido pela Súmula n. 7 do STJ.

2. Contudo, em hipóteses excepcionais, quando manifestamente evidenciada a irrisoriedade ou a exorbitância na fixação do valor da indenização a título de danos morais, a jurisprudência desta Corte permite sua revisão para adequá-lo aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

3. O Tribunal local, em julgamento realizado em 14/9/2004, deu provimento à apelação para reduzir o valor da indenização por danos morais para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correspondentes, à época, a 385 (trezentos e oitenta e cinco) salários mínimos, com correção monetária a partir daquela data.

**4. No caso concreto, o valor da indenização arbitrado pela instância local revela-se compatível se comparado com precedentes do STJ que adotam como critério quantia equivalente a 500 (quinhentos) salários mínimos para danos morais decorrentes de óbito.**

5. O termo inicial da correção monetária incidente sobre a indenização por danos morais é a data do seu arbitramento consoante dispõe o verbete da Súmula n. 362/STJ: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento". Os juros moratórios, em se tratando de responsabilidade extracontratual, incidem desde a data do evento danoso, na forma da Súmula n. 54/STJ: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual". Precedente da Segunda Seção do STJ no julgamento do REsp n. 1.132.866/SP, em sessão realizada em 23/11/2011, cujo acórdão encontra-se pendente de publicação.

6. É inviável o reexame de fatos e provas em sede de recurso especial, em razão da incidência das Súmulas ns. 5 e 7 do STJ.
7. Incas, a análise da suposta redução da rentabilidade das empresas dirigidas pela vítima exigiria a incursão no contexto fático-probatório dos autos, portanto, incabível em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
8. A inexistência de similitude fática entre os acórdãos confrontados conduz à inadmissibilidade do recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "c", da CF.
9. No caso concreto, o acórdão recorrido decidiu que "as quantias pagas por plano de saúde ou seguradora não podem ser incluídas na condenação". O acórdão paradigma, a seu turno, assentou a impossibilidade de consideração dos benefícios pagos aos autores pela previdência pública e privada para efeito do cálculo de pensão, portanto, evidente a ausência de similaridade entre os acórdãos confrontados para a configuração do dissídio jurisprudencial, a teor do que dispõe o RISTJ.
10. A ausência de enfrentamento da matéria suscitada no recurso especial, mormente a possibilidade de cálculo em duplicidade da indenização referente aos lucros cessantes e despesas de tratamento (art. 1.538, § 1º, do CC/1916), a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial, diante da incidência da Súmula n. 211/STJ.
11. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido.  
(Grifo nosso)

O referido acórdão trata-se de um Recurso Especial à decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em que é recorrente GIAN ANTÔNIO DE SALIS e relator Ministro Antonio Carlos Ferreira.<sup>196</sup>

O processo trata de ação de indenização por danos morais contra Clube de Campo de São Paulo. Danos estes decorrentes de dois tiros disparados por empregado da empresa de segurança contratada pelo réu e que o acertaram o recorrente na cabeça e no fêmur.<sup>197</sup>

Em sentença de primeiro grau o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo, julgou parcialmente procedente o pedido condenando a ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 1.698.624,36 (um milhão, seiscentos e noventa e oito mil, e seiscentos e vinte e quatro reais, trinta e seis centavos).<sup>198</sup>

<sup>196</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

<sup>197</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

<sup>198</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

O referido Clube, inconformado com a decisão de primeiro grau, interpôs recurso de apelação, pleiteando, dentre outras coisas a redução do quantum indenizatório a que foi condenada em primeiro grau, sob fundamento de o valor fixado ser exorbitante. O tribunal reduziu o montante da indenização a título de danos morais para R\$ 100.000,00 (cem mil reais).<sup>199</sup>

Embargos de declaração foram interpostos e rejeitados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O referido Recurso Especial, pleiteou o aumento da indenização por danos morais para o valor pedido na inicial e deferido pelo juízo de primeiro grau, sob fundamento de que R\$ 100.000,00 (cem mil reais) representa um valor irrisório.<sup>200</sup>

Por unanimidade os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça deram provimento ao pedido e mantiveram o *quantum* da indenização a título de danos morais em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), sob fundamento de que este valor está em acordo com os precedentes do Superior Tribunal de Justiça e que este não é irrisório.<sup>201</sup>

No caso em análise apesar de a decisão ter sido tomada por unanimidade, o Ministro Luis Felipe Salomão pediu vistas aos autos antes de proferir seu voto, que diverge em alguns fundamentos do voto proferido pelo relator. Importante ressaltar, que a referida divergência não diz respeito ao valor fixado para os danos morais, neste ponto todos os ministros concordam com o valor fixado em segunda instância.<sup>202</sup>

Nos pedidos feitos no referido Recurso Especial o recorrente alega que o valor fixado em segunda instância e utiliza como fundamento os critérios doutrinários “[...] *na medida em que o acórdão recorrido entendeu ser ”a intensidade da culpa exclusiva do preposto do Réu, a condição econômica do clube [...]*”.<sup>203</sup>

Desta forma o recorrente segue em sua fundamentação a atual tendência da doutrina e jurisprudência majoritária em utilizar os critérios da condição socioeconômica do ofensor e do ofendido na análise, motivação e fixação da indenização de danos morais. O doutrinador Silvio de Salvo Venosa confirma esta tendência “Sempre que possível, o critério

---

<sup>199</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

<sup>200</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

<sup>201</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

<sup>202</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

<sup>203</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

do juiz para estabelecer o *quantum debeatur* deverá basear-se em critérios objetivos, evitando valores aleatórios.”<sup>204</sup>

Todavia, entretanto, destaca-se neste julgado, que o acórdão como os votos do relator e do Ministro Luis Felipe Salomão não utilizam os critérios doutrinários para fundamentar a decisão, nem mesmo citam estes na motivação ou no dispositivo.<sup>205</sup> Provando desta forma, que os critérios utilizados para análise e fixação de indenização por danos morais ainda são ignorados em algumas decisões judiciais, mesmo isto dando margem a valores aleatórios, como destacou Venosa.<sup>206</sup>

### 3.2.2 Dados do julgado: Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 20060262377-1

BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

#### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. HERDEIROS. LEGITIMIDADE. **QUANTUM DA INDENIZAÇÃO FIXADO EM VALOR EXORBITANTE. NECESSIDADE DA REDUÇÃO. RESPEITO AOS PARÂMETROS E JURISPRUDÊNCIA DO STJ. PRECEDENTES.**

1. Cingindo-se, a hipótese em análise, a dano à imagem da falecida, remanesce aos herdeiros legitimidade para sua defesa, uma vez que se trata da reparação de eventual sofrimento que eles próprios suportaram, em virtude dos fatos objeto da lide.

2. **O critério que vem sendo utilizado por essa Corte Superior na fixação do valor da indenização por danos morais, considera as condições pessoais e econômicas das partes, devendo o arbitramento operar-se com moderação e razoabilidade, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de forma a não haver o enriquecimento indevido do ofendido, bem como que sirva para desestimular o ofensor a repetir o ato ilícito.**

3. A aplicação irrestrita das "punitive damages" encontra óbice regulador no ordenamento jurídico pátrio que, anteriormente à entrada do Código Civil de 2002, vedava o enriquecimento sem causa como princípio informador do direito e após a nova codificação civilista, passou a prescrevê-la expressamente, mais especificamente, no art. 884 do Código Civil de 2002.

<sup>204</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 335

<sup>205</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

<sup>206</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 335



4. Assim, cabe a alteração do quantum indenizatório quando este se revelar como valor exorbitante ou ínfimo, consoante a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça.

5. Incas, o Tribunal a quo condenou às rés em R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), tendo dividido o valor entre as rés, arcando cada uma das litisconsortes passivas com o pagamento de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) o que, **considerando os critérios utilizados por este STJ, se revela extremamente excessivo.**

6. Dessa forma, considerando-se as peculiaridades do caso concreto, bem como os critérios adotados por esta Corte Superior na fixação do quantum indenizatório a título de danos morais, a indenização total deve ser reduzida para R\$ 145.250,00 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais), devendo ser ele rateado igualmente entre as rés, o que equivale a R\$ 72.625,00 (setenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco reais) por litisconsorte passiva.

7. Evidencia-se que a parte agravante não apresentou qualquer argumento capaz de infirmar a decisão monocrática que pretende ver reformada, razão pela qual entende-se que ela há de ser mantida íntegra por seus próprios fundamentos.

8. Agravo regimental a que se nega provimento.<sup>207</sup>  
(grifo nosso)

O referido acórdão trata-se de um Agravo Regimental no Agravo de Instrumento à contra decisão da lavra do E. Juiz Federal Convocado - Dr. Carlos Fernando Mathias, em que é recorrente Espólio de Gildásia dos Santos e Santos e relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro.<sup>208</sup>

O processo trata de ação de indenização por danos morais contra Editora Gráfica Universal LTDA. Danos estes decorrentes de publicações feitas pela referida editora que lesaram a imagem de Gildásia dos Santos e Santos. A ofendida faleceu e quem pleiteia a indenização por estes danos é seu espólio.<sup>209</sup>

Em sentença de segundo grau o, condenou a Editora ao pagamento de indenização no valor de R\$ R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais). Em Recurso

---

<sup>207</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

<sup>208</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

<sup>209</sup> BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

Especial o quantum indenizatório foi reduzido para R\$ 145.250,00 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).<sup>210</sup>

Por unanimidade os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça não deram provimento ao pedido e mantiveram a decisão que condena a referida Editora ao pagamento da indenização a título de danos morais fixados no valor de R\$ 145.250,00 (cento e quarenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais).<sup>211</sup>

Neste trabalho se busca apontar e questionar um problema recorrente nas sentenças de indenização por dano moral, no que tange a fundamentação da sentença. Apesar de ser uma tendência da doutrina e jurisprudência majoritária utilizar os critérios doutrinários denominados condição socioeconômica do ofensor e do ofendido para motivar o *quantum indenizatório*, muitas vezes estes são apenas citados na sentença e não fundamentados.<sup>212</sup>

Nesta mesma linha de pensamento o doutrinador Wesley Bernardo destaca “*O problema não está, a nosso ver, nos resultados diferentes a que chegam as sentenças, e sim, na exposição e demonstração de cada variável utilizada na equação que resulta no valor indenizatório.*”<sup>213</sup>

O referido problema está exemplificado no acórdão em destaque tanto na ementa como no voto do relator. Observa-se que na ementa são citados os critérios doutrinários objetos de nosso estudo, porém estes não são fundamentados, não há uma motivação clara sobre a análise e aplicação deles ao caso concreto, não é nítido a correlação entre eles, as peculiaridades do caso e a decisão tomada.<sup>214</sup>

O mesmo acontece no decorrer do voto do Ministro Relator conforme o trecho em destaque:

“[...] Assim, o critério que vem sendo utilizado por esta. Corte na fixação do valor da indenização por danos morais, considera as condições pessoais e

---

<sup>210</sup> BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

<sup>211</sup> BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

<sup>212</sup> BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p.163

<sup>213</sup> BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p.164

<sup>214</sup> BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

econômicas das partes, devendo o arbitramento operar-se com moderação e razoabilidade, atento à realidade da vida e às peculiaridades de cada caso, de forma a não haver o enriquecimento indevido do ofendido e, também, de modo que sirva para desestimular o ofensor a repetir o ato ilícito”.<sup>215</sup>

Wesley Bernardo quando fala da decisão que condenatórias de danos morais, afirma que uma motivação bem formulada é “*um arbitramento no qual o magistrado explicita de modo logicamente verificável sua motivação, as premissas que o levaram a decidir sobre o montante indenizatório [...]*”.<sup>216</sup>

Uma vez mal fundamentada a decisão que condena ao pagamento de uma indenização a título de dano moral, isto abre margem a discussão sobre o *quantum indenizatório*, se este irá gerar enriquecimento ilícito, sobre o caráter que prevalece, sobre a arbitrariedade da decisão e consequentemente sobre valores exorbitantes e irrisórios.<sup>217</sup>

Exemplo disto é este Agravo que pleiteia reforma no valor fixado por danos morais na decisão. A motivação de uma decisão condenatória de danos morais clara é aquela que traz uma fundamentação utilizando os critérios doutrinários, em especial a extensão do dano, condição socioeconômica do ofendido e do ofensor.<sup>218</sup>

Há de se concluir, pelo exposto, que o abstracionismo presentes nas fundamentações, em que se tem por finalidade estabelecer uma indenização por dano moral justa, gera espaço a arbitramento na dosagem do valor do *quantum debeatur* os instrumentos capazes de sanar problema tão recorrente são os critérios criados pela doutrina para auxiliar os operadores do direito, em especial ao magistrado na análise do caso concreto.

---

<sup>215</sup> BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

<sup>216</sup> BERNARDO, Wesley: **Dano Moral: Critérios de Fixação de Valor**. São Paulo: Renovar, 2005. p.164

<sup>217</sup> MORAES, Maria Celina Bodim de. **Danos à Pessoa Humana: Uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p.270

<sup>218</sup> BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

## CONCLUSÃO

Como se verificado no decorrer deste trabalho, a responsabilidade civil por danos morais é recorrente e extremamente relevante. Sobre este tema aparecem algumas questões e discussões, uma vez que não existem critérios específicos e obrigatórios de análise dos casos de lesão moral na legislação brasileira.

O problema apresentado neste trabalho é acerca do estabelecimento de critérios objetivos na fixação efetiva e proporcional da indenização moral, além da necessidade do magistrado fundamentar os critérios por ele utilizados na análise do caso concreto e esclarecer qual se o caráter prevaleceu, se o punitivo ou o compensatório.

Soluciona-se este problema com os critérios objetivos criados pela doutrina, quais sejam, a extensão do dano, a condição socioeconômica do ofensor e do ofendido, bem como a indicação dos critérios utilizados pelo magistrado na fundamentação das decisões judiciais.

Diante da falta de elementos legais e obrigatórios a serem aplicados aos casos concretos, a vedação à tarifação dos valores indenizatórios e a necessidade de decisões judiciais razoáveis e proporcionais, a doutrina contemporânea brasileira estabeleceu critérios, que são utilizados pelos magistrados na análise do caso concreto e fixação do *quantum debeatur* capaz de proporcionar a efetiva reparação moral.

As indenizações morais têm como objetivo compensar a vítima pelo dano que lhe foi causado e punir o ofensor de modo a prevenir que este não volte a lesar ninguém. A depender das peculiaridades do caso concreto, ora irá preponderar um objetivo, ora outro. Este trabalho conclui que as decisões judiciais devem estar fundamentadas nesses critérios, demonstrando quais prevaleceram e qual o objetivo preponderou no momento em que o magistrado fixou o *quantum*, evitando desta forma enriquecimento ilícito.

Os critérios de análise do dano moral não representam uma tarifação às indenizações, são defendidos pela doutrina e estão sendo utilizados pela jurisprudência brasileira nas motivações dos valores indenizatórios. Isto pois se devidamente fundamentados não há margem para arbitrariedade nas decisões judiciais que fixam o *quantum debeatur*.

A doutrina e jurisprudência majoritárias reconhecem a existência, acreditam na viabilidade e aplicam os critérios de análise do dano moral aos casos concretos, com o fim de que haja efetiva e proporcional reparação, evitando-se a arbitrariedade e o

enriquecimento ilícito, apesar de posicionamentos contrários. Estes posicionamentos acreditam não ser necessário a observância destes critérios na motivação das decisões judiciais.

Meu posicionamento diante do tema apresentado é favorável a utilização dos critérios de aplicação do dano moral e principalmente à imposição da adequada fundamentação destes parâmetros nas decisões judiciais para que não haja arbitrariedade na ou enriquecimento ilícito.

Conclui-se pela validade da hipótese eleita ao problema proposto na introdução, observados os argumentos doutrinários legais e jurisprudenciais desenvolvidos nos capítulos da presente pesquisa

## REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito processual Civil**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRASIL – Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Agravo Regimental no Agravo de Instrumento, número 2006 0262377-1, Relator Ministro Honildo Amaral de Mello Castro (desembargador convocado do TJ/AP) (8185). DJE – 24 agos. 2010.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Quarta Turma, Recurso Especial número 20060053110-7, Relator Ministro Antonio Carlos Ferreira. DJE – 13 mar. 2012.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça, Terceira Turma, Recurso Especial número 1395250, Relatora Ministra Nancy Andrighi. DJE – 21 nov. 2013

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. REsp. nº 1.197.284 Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 23/10/2012, T3 - TERCEIRA TURMA

BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. Ação de indenização por danos morais. TJPR - Ac. 3633 - 14.<sup>a</sup>CCv. - Rel. Fernando Wolff Bodziak - DJ de 19/5/2006 TJ-PR, Relator: Carvilio da Silveira Filho, Data de Julgamento: 01/10/2009, 8<sup>a</sup> Câmara Cível

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2013.

BRASIL. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Brasília, 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 21 Maio. 2014.

BRASIL., *A RESPONSABILIDADE CIVIL*, de 10 de Dezembro de 2013. Disponível em: <<http://rcsantos695.jusbrasil.com.br/artigos/112209728/a-responsabilidade-civil>>. Acesso em 30 de set. 2014.

BUCCI, Mário César. **Estudos de Responsabilidade Civil: Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo: Ícone, 2003.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 6. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Civil: Obrigações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2010. p 300

CREMONEZE, Paulo Henrique. **Dano moral: quantificação da indenização segundo a doutrina do “punitive damage**. Disponível em: < <http://www.gilbertomelo.com.br/rss/33-Danos-morais/2900-dano-moral-quantificacao-da-indenizacao-segundo-a-doutrina-do-qpunitive-damageq>> Acesso em: 27 de maio de 2014

CUPIS, Adriano de. **Os Direitos da Personalidade**. Campinas-SP: Romana Jurídica. 2004. p.337

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 16ºed. São Paulo: Saraiva, 2002.

ELIAS, Helena. **O Dano Moral: Na Jurisprudência do STJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2004.

FIUZA, César. **Direito Civil: Curso Completo**. 15. ed. Belo Horizonte-MG:DelRey. 2012.

GLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHOS, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva. 2012. p. 54

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p 31

LENZA, Pedro. **Direito Civil 1 Esquematizado: Parte Geral, Obrigações e Contratos**. São Paulo: Saraiva, 2011. p.375

MARIA, José Serpa de STA. **Direitos da Personalidade e a Sistemática Civil Geral**. São Paulo: Julex Livros. 1987. p 31

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**.6. ed. São Paulo: Saraiva. Saraiva. 2011. p. 15.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: parte geral**. 44. ed. São Paulo. Saraiva 2012. p. 107

MORAES, Maria Celina Bodim de. **Danos à Pessoa Humana: Uma leitura civil-constitucional dos danos morais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p.271

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2010. p.98

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações**. 24.ed. São Paulo: Forense .2002. p. 315.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **O Direito à Vida Digna**. Belo Horizonte-MG: Fórum. 2004. p 280.

ROLLO, Arthur Luís Mendonça. **Responsabilidade Civil e práticas abusivas nas relações de consumo: dano moral e punitive damages nas relações de consumo: distinções institucionais entre consumidores**. São Paulo: Atlas, 2011.

SAMPAIO, Rogério Marrone de Castro . **Direito Civil: Responsabilidade civil** .2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHREIBER, Anderson. **Novos paradigmas da Responsabilidade Civil: Da Erosão dos filtros da reparação à diluição dos danos**. 5 .ed. São Paulo: Atlas . 2013.p 12

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico Conciso**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Método. 2011.

THEODORO JÚNIOR , Humberto. **Curso de direito processual civil**: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: Responsabilidade Civil . 14. ed. São Paulo: Atlas. 2014

VIANA, Patricia Guerrieri Barbosa. **Dano Moral à pessoa Jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2002.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. **Curso avançado de processo civil** : Teoria Geral do Processo e do Processo de conhecimento. 14. ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.